



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO 29 - Nº 541 - DE 7 A 21 DE MAIO DE 2017 - EDIÇÃO ESPECIAL GREVE GERAL E 1º DE MAIO - R\$ 4,00



**É hora de avançar e não de recuar**  
**Greve geral**  
**por tempo indeterminado**

**Ampliar os comitês de base**  
**Convocar as assembleias**

**Fortalecer a frente única**  
**contra as reformas antinacional**  
**e antipopular de Temer!**

# A classe operária entrou na luta Agora é possível derrotar o governo golpista

A burguesia e seu governo temem as massas. Mas temem principalmente a classe operária. Está aí por que as greves fabris, da construção civil, das petrolíferas e dos transportes horrorizam os exploradores. Param a produção. Atingem a coluna vertebral do capitalismo. A mobilização da pequena-burguesia os incomoda politicamente. As greves no funcionalismo, nas escolas e nas universidades indicam uma tendência geral de luta de massas. Nota-se, porém, que comparecem mais como um problema do governo do que da burguesia. Em outras palavras, mais diretamente do governo. Mas toda a burguesia se insurge contra as greves e manifestações nestas camadas sociais oprimidas.

No fundo, há o temor de que os setores da classe média em luta despertem a atenção da classe operária. O que não impede o governo de ser inflexível e deixar que tais greves se prolonguem. A melhor forma de derrotar as greves de professores, de funcionários do INSS, etc. é jogar a população contra elas. As greves operárias, no entanto, têm de ter solução o mais rápido possível. Não por acaso são tratadas imediatamente como caso de polícia. A burocracia sindical joga um papel primordial de contenção das lutas operárias. Também, não por acaso, as direções sindicais mais antidemocráticas e gangsteris estão à frente dos sindicatos operários e das centrais. Cumprem a principal função da política de colaboração de classes que é a estatização dos sindicatos.

A greve geral é um instrumento do proletariado. Ganha proporção e força quando inclui as camadas sofridas e pobres da pequena-burguesia. É preciso, portanto, uma circunstância particular da crise capitalista, das respostas da burguesia e da correspondente política de Estado, traçada pelo governo. A confluência de fatores econômicos, sociais e políticos une a classe operária e a pequena-burguesia contra a política de Estado e o governo que a materializa. É o que expressou a greve geral de 28 de abril.

Nessa confluência, a classe operária se destaca como força motriz do movimento nacional, precisamente porque cessa a produção e atinge a circulação. É nesse momento que igualmente cessam as funções do Estado. A greve geral expõe o isolamento real já existente do Estado diante das massas. O que resta de função de Estado são as forças de repressão. Escanca-

ra-se perante os explorados a ditadura de classe da burguesia. Lá está a tropa de choque para conter e golpear. A polícia se posta à frente das fábricas em que se formam os piquetes, cerca os manifestantes nas ruas e torna os locais de conflito em praça de guerra. Vivemos tudo isso neste dia 28.

De um lado, o governo golpista isolado, apoiado quase que completamente só na burguesia e na repressão; de outro, os grevistas se manifestando em todo o país. A confluência dessas forças sociais se deve ao ataque generalizado às massas, promovido pelas reformas antinacional e antipopular de Temer. É preciso assinalar que foi necessário um golpe de Es-

tado e a constituição de um governo que cumpre a função de ditadura civil, que se apoia inteiramente no grande capital e no imperialismo.

A profunda crise econômica e os ataques generalizados empurram as massas à luta e nela, agora, se destaca a presença da classe operária. O problema dos próximos dias ou semanas está em que a burocracia sindical se colocou em compasso de espera. Aguarda a resposta do governo e as manobras no Congresso Nacional. A Força Sindical está empenhada em arrumar uma negociata para fraturar o movimento. E a CUT se acha presa ao objetivo do PT de se reestruturar como oposição burguesa. A menção a uma greve geral de dois dias é a forma de dar um recado ao governo de que chegou o momento de abrir as negociações. A burocracia precisa de um fato que justifique a traição.

A greve geral mostrou que as massas estão pela bandeira de abaixo as reformas e dispostas à luta unificada. Certamente, saíram convencidas de que disseram Não a Temer e ao Congresso

Nacional. Mas não saíram organizadas e prontas a dar um salto à frente na luta nacional. A classe operária deu o conteúdo de classe à greve geral. É preciso, agora, superar a desorganização e a passividade. O que necessariamente terá de se chocar com as manobras políticas da burocracia, com o divisionismo e com a ausência da democracia operária. Cabe à vanguarda que despertou no seio dos embates exigir a convocação das assembleias, redobrar os esforços para construir os comitês unitários e fortalecer a política de independência de classe do proletariado. A bandeira de greve geral por tempo indeterminado deve ser amplamente propagandeada entre os trabalhadores e a juventude.

*(...) a classe operária se destaca como força motriz do movimento nacional, precisamente porque cessa a produção e atinge a circulação.*

*É nesse momento que igualmente cessam as funções do Estado. A greve geral expõe o isolamento real já existente do Estado diante das massas.*

*O que resta de função de Estado são as forças de repressão.*

*Escancara-se perante os explorados a ditadura de classe da burguesia. Lá está a tropa de choque para conter e golpear.*

*A polícia se posta à frente das fábricas em que se formam os piquetes, cerca os manifestantes nas ruas e torna os locais de conflito em praça de guerra.*

*Vivemos tudo isso neste dia 28.*

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.  
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – [www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# A Greve Geral golpeia o governo Temer

1º de maio de 2017

Caso a greve geral não ocorresse, o governo golpista, parlamentares, imprensa e consortes diriam que a “sociedade brasileira” está com as reformas. Diriam que venceu a “confiança no Brasil melhor”. Em especial, os editoriais da imprensa monopolista e a renque de comentaristas muito bem pagos gritariam contra a “minoridade de baderneiros”. Mas não puderam ter essa satisfação.

A greve geral foi nacional, se projetou na maioria dos centros urbanos, mobilizou milhares de ativistas, permitiu bloqueios de ruas, avenidas e rodovias.

O dia 28 calou o repetitivo, cansativo e desorientador noticiário sobre a corrupção. Calou a cantilena de que as reformas são para o bem da população e do País. Tirou das telas das TVs as imagens e os assuntos de sempre.

A greve geral, os bloqueios, as manifestações e a presença ostensiva da tropa de choque nos centros e até mesmo nas periferias das grandes cidades, atirando bombas, balas de borracha e golpeando com os cassetetes os lutadores, todos esses acontecimentos formaram uma grande imagem do País em pé de guerra contra as reformas antinacional e antipopular de Temer, do Congresso Nacional oligárquico, do Judiciário, da Operação Lava Jato, da imprensa, da Fiesp, da Febraban, da CNI. Enfim, contra as reformas da burguesia brasileira e do imperialismo.

A greve geral formou uma imagem única e grandiosa dos explorados lutando para pôr abaixo a terceirização, a reforma trabalhista e a reforma da previdência. Operários da indústria, motoristas, maquinistas, operadores, bancários, professores, estudantes e uma multidão de trabalhadores e jovens se ergueram com uma só voz: “Abaixo as reformas”.

Imperou no dia 28 a vontade da imensa maioria. Imperou a democracia dos explorados, dos pobres e miseráveis. Imperou o parlamento das ruas. As massas e sua vanguarda combativa votaram pelo Não. Mostraram, por meio da ação direta e coletiva, que o Congresso Nacional não passa de uma instituição da burguesia e que somente serve aos interesses dos exploradores. A tropa de choque e toda imprensa, ou combatendo com a força das armas, ou condenando pelas palavras a greve geral, por sua vez, mostraram-se serviços da ultraminoria capitalista que descarrega a crise econômica e a falência do sistema de exploração do trabalho sobre a maioria que produz as riquezas e que padece da pobreza.

A greve geral definiu muito bem os dois Brasis: o dos banqueiros, industriais, agroindustriais, das multinacionais, dos parasitas; e o dos operários, dos camponeses, da classe média arruinada, da juventude oprimida, dos desempregados, dos subempregados, dos pobres e miseráveis. Mostrou, com toda evidência, o Brasil dos exploradores que querem impor as bárbaras reformas e o Brasil dos explorados se defendendo com a greve, bloqueios e manifestações.

Temer foi obrigado a se pronunciar. Disse que continuará com

as reformas. Procurou diminuir a importância da voz das ruas. Emitiu o juízo de que houve um protesto, mas não a greve geral. Instruiu os lacaios da imprensa monopolista a enfatizar “a baderna” e a “violência”. A justificar a ação da tropa de choque. Mas não há como esconder os fatos. Há como ocultar, como fez a imprensa monopolista que selecionou as imagens. Mesmo assim, os fatos se impuseram. Os explorados sentiram e viram sua força social.

O governo foi golpeado. O Congresso Nacional foi desautorizado a falar em nome da população. Não há nenhuma dúvida que terão de impor à força as medidas reacionárias. Terão de contrariar a vontade da esmagadora maioria da nação.

Sabemos, porém, que o governo não foi derrotado. E que redobrar os esforços para ir adiante com as reformas. Temer nasceu de um golpe de Estado. Sua missão é a de limpar a área. De cumprir o objetivo de descarregar a crise capitalista sobre os ombros da população trabalhadora. De arrumar recursos para sustentar a gigantesca dívida pública e pagar bilhões em juros. De prosseguir com o parasitismo financeiro. Está aí por que é um governo que não se sujeita e não se preocupa com as pressões das massas. O golpe e o governo constituído, assim, cumprem o papel de uma ditadura civil. A greve geral, portanto, se levantou contra esse poder da burguesia. Mas ainda não foi suficientemente forte para quebrar a política antinacional e antipopular.

***A greve geral definiu muito bem os dois Brasis: o dos banqueiros, industriais, agroindustriais, das multinacionais, dos parasitas; e o dos operários, dos camponeses, da classe média arruinada, da juventude oprimida, dos desempregados, dos subempregados, dos pobres e miseráveis. Mostrou, com toda evidência, o Brasil dos exploradores que querem impor as bárbaras reformas e o Brasil dos explorados se defendendo com a greve, bloqueios e manifestações.***

O 1º de Maio fragmentado, festivo, corporativo e eleitoreiro interrompeu o impulso das massas, que se iniciou no dia 15 de março e se elevou em 28 de abril. As centrais sindicais deveriam manter a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude unidos. Um 1º de Maio unitário e voltado contra as reformas seria um 1º de Maio de continuidade da greve geral. Mas prevaleceram os interesses particulares e a politicagem da burocracia sindical. É necessário reconhecer, portanto, as limitações impostas ao movimento.

A greve geral tinha tudo para ser mais potente. A primeira condição básica era a de que a maioria estivesse contra as reformas. O que se confirmou. A segunda era a de que a classe operária estivesse disposta a lutar. O que também se confirmou. A terceira era a de que estivesse organizada. O

que não se confirmou. Neste ponto, reside a responsabilidade das direções sindicais.

Durante anos de política de conciliação de classes, o proletariado foi mantido na passividade. Nem mesmo diante da onda de demissões massivas, as centrais e os sindicatos se uniram em uma frente única para defender os empregos. Ao contrário, participaram da implantação da flexibilização capitalista do trabalho, com seus banco de horas, lay-off, suspensão temporária e PDVs. Adaptaram-se à terceirização nas chamadas atividades meio. É o que explica por que a classe operária não compareceu mais coletiva, mais coesa e mais ofensiva.

A unidade contra as reformas veio da necessidade dos explo-



rados. Veio de sua rejeição à destruição de antigas conquistas trabalhistas e previdenciárias. Mas não veio da política das direções da CUT, da Força Sindical, da CTB, etc. A greve geral somente não foi mais potente porque essas direções orientaram a classe operária para a greve passiva. A paralisação das fábricas não se destacou. E a presença dos operários nas manifestações não se fez sentir. Uma parcela das camadas oprimidas da classe média cumpriu a função vital de ganhar as ruas. A grande concentração no Largo da Batata, em São Paulo, atesta essa observação. Não foi unitária. Foi petista. Foi preparada para servir à política burguesa do PT. E funcionou como tribuna para a política eleitoral e parlamentarista do PT.

A greve geral padecia da falta de uma direção classista e de uma política proletária. Temer e a burguesia estavam apreensivos com a atitude das massas operárias. Folgaram em ver que o contingente da classe operária que assumiu a greve foi orientado a não sair de casa e os que acatavam a greve mediante os piquetes e bloqueios deveriam voltar para casa. Os sindicatos operários não organizaram a unidade grevista. Mas é preciso destacar o lugar dos trabalhadores do transporte público. Estes sim foram organizados desde as assembleias, uma vez que sua atuação na greve seria fundamental. O mesmo deveria ter sido feito em todos os sindicatos. A classe operária organizada pela base é a principal força para derrotar e enterrar as malditas reformas.

Esse é o próximo passo. Trata-se de impulsionar os comitês de base, de convocar novas assembleias, de propagandear a importância do dia 28, de denunciar a inflexibilidade do governo e de mostrar que o movimento de resistência tem de se preparar rapidamente para a greve geral por tempo indeterminado. As centrais devem romper o corporativismo, jogar no lixo a políti-

## Greve Geral paralisa o Brasil

O governo tentou minimizar o dia 28 de abril e os grandes meios de comunicação o divulgaram deformando, enfatizando (como sempre) os prejuízos e a “baderna”. Não conseguem esconder, porém, que as massas estão contra as reformas da previdência e trabalhista, que estão em choque com o governo golpista de Temer e o Congresso Nacional.

Além das diversas categorias do funcionalismo público, os bancários pararam em 22 estados, metalúrgicos (7) e comerciários (6). Motoristas e cobradores de ônibus pararam em pelo menos 16 capitais. A greve dos correios continua por tempo indeterminado, exceto no Amapá, Roraima e Rio Grande do Sul. É importante notar que em vários estados as determinações antigreve da Justiça (patronal) do Trabalho foram ignoradas.

De acordo com as centrais, cerca de 40 milhões de trabalhadores fizeram a greve. Estima-se um impacto na economia de R\$5 bilhões. Houve grande violência do Estado contra as manifestações. Ainda houve presos políticos: o pedreiro Luciano Antônio Firmino, o motorista Ricardo Santos e o frentista Juraçi Santos foram indiciados por tentativa de incêndio, explosão e incitação ao crime. Foram criminalizados por participarem de um dos bloqueios ocorridos em São Paulo. Em Goiânia, a polícia deixou entre a vida e a morte o estudante Mateus Ferreira.

A descrição abaixo mostra a extensão e a rica experiência da greve geral.

ca de conciliação de classes e superar as ilusões no Congresso Nacional. Devem se colocar por uma verdadeira frente única de luta contra as reformas e o governo golpista. Não pode haver nenhuma dúvida que os explorados estão contra as reformas e dispostos à luta.

Nossa greve geral foi vitoriosa porque quebrou o cerco repressivo, político e ideológico da burguesia, voltado a impedir a luta nacional. Vitoriosa porque golpeou o governo, mostrando o amplo descontentamento das massas. Vitoriosa porque tem como dar um novo passo para golpear mais fundo o governo burguês golpista. Mas foi apenas um primeiro passo.

É preciso avançar na elevação da consciência política dos explorados e impulsionar a sua organização independente pela base. Temos de vencer o divisionismo latente entre as centrais. Temos de conquistar uma poderosa unidade proletária.

É assim que reagiremos à declaração de Temer de que seu governo continuará com as reformas. É assim que caminharemos para a greve geral por tempo indeterminado. É assim que não apenas golpearemos o governo, mas também o derrotaremos. Nosso objetivo não é o de negociar mudanças nas reformas, como quer o deputado Paulinho da Força. Nosso objetivo é o de enterrar as reformas antinacional e antipopular da burguesia.

*VIVA A GREVE GERAL DE 28 DE MAIO!  
VOLTEMOS IMEDIATAMENTE À LUTA!  
DERROTEMOS E ENTERREMOS AS MALDITAS  
REFORMAS DE TEMER!  
POR UMA GREVE GERAL POR TEMPO INDE-  
TERMINADO!*

### Norte

#### Pará

A greve geral teve a adesão dos Urbanitários (Celpa, Cosanpa, Eletronorte); portuários e outras categorias. Foram formados piquetes nos locais de trabalho. Além de paralisarem os transportes, os rodoviários ainda furaram pneus e bloquearam uma das principais avenidas de Belém, a Almirante Barroso, com os ônibus. Outras avenidas e rodovias foram bloqueadas. A marcha que partiu da Praça da República agregou cerca de 50 mil pessoas. No local, permaneceu um acampamento de jovens do campo e da cidade até o 1º de Maio. Em Altamira, cerca de 3 mil pessoas se concentraram no ato público.

#### Amazonas

Em Manaus, os rodoviários pararam algumas empresas. Outras seguiram a determinação do TRT de funcionamento de 70% no horário de pico, mas os trabalhadores saíram da garagem e pararam em fila na Avenida Constantino Nery. Houve bloqueios em vários pontos da capital e o sindicato dos transportes especiais, metalúrgicos e plásticos bloquearam vias. Ao menos 27 categorias aprovaram a adesão e o ato de rua foi significativo.

#### Acre

Em Rio Branco, os rodoviários não aderiram à greve, mas, ao

chegarem ao Terminal Urbano, diante do trancamento promovido pelas Centrais, os ônibus acabaram ficando parados nas avenidas Ceará e Brasil. Ruas e pontes também foram bloqueadas. Pela manhã, um ato no Palácio Rio Branco contou com a adesão de 8 mil manifestantes. No estado, foram 11 mil. A Eletrobrás parou 70% de suas atividades.

## Amapá

Em Macapá, os ônibus não transitaram entre 6h e 8h, das 8h30 ao 12h, houve marcha pela cidade, com cerca de 10 mil pessoas.

## Tocantins

Mais de 30 sindicatos se somaram à paralisação: educação, saúde, trabalhadores rurais, eletricitários, policiais e correios. Houve atos de rua em várias cidades, em Palmas, mais de 10 mil pessoas compareceram às manifestações na Av. JK.

## Roraima

As vias de acesso ao centro de Boa Vista foram bloqueadas em três pontos: Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes; na BR-174; e na Avenida Centenário, inclusive com barricadas feitas com sucatas de veículos. A polícia reprimiu os bloqueios com bombas de gás lacrimogêneo. A manifestação na cidade agregou cerca de 5 mil manifestantes, dentre eles indígenas das etnias Wai-wai, Macuxi, Wapichana e Ingarikó.

## Nordeste

### Bahia

O dia começou com o fechamento das garagens de ônibus. O Terminal Rodoviário também parou completamente. Houve bloqueios de avenidas e rodovias em várias cidades como Feira de Santana, Itabuna, Barreiras e Juazeiro. Várias categorias aderiram. O Porto de Aratu, em Candeias, foi bloqueado pelo sindicato dos portuários. Os petroleiros também protestaram nas imediações da Petrobras, em Salvador. O polo Petroquímico de Camaçari parou. O ato na capital que partiu do Campo Grande em direção à Praça Castro Alves agregou cerca de 80 mil manifestantes.

### Sergipe

Mais de 60 categorias e 100 sindicatos participaram da greve geral. O ato no dia 28, na capital, agregou cerca de 60 mil manifestantes. O sindicato dos rodoviários não aderiu à paralisação, mas com os bloqueios das BR 101 e 235 e ocupação das empresas de ônibus, desde a madrugada, o transporte parou e inclusive algumas fábricas. As lojas foram fechadas pelos manifestantes.

### Piauí

Em Teresina, mesmo com a adesão do Sindicato dos rodoviários, os ônibus saíram das garagens, sendo parados pela ação das centrais já na cidade. O ato que partiu da praça Rio Branco concentrou cerca de 3 mil pessoas e bloqueou uma das faixas da Avenida Frei Serafim.

### Alagoas

Houve ato nas grandes cidades como Arapiraca, Palmeira dos Índios e Maragogi, envolvendo sobretudo trabalhadores rurais. Em Maceió, as rodoviárias amanheceram paradas e as principais avenidas foram bloqueadas. Urbanitários, químicos e petroleiros

pararam. Pela manhã, houve ato dos servidores do judiciário no prédio das Varas do trabalho. O ato na capital aglutinou 20 mil manifestantes.

## Paraíba

Em João Pessoa, houve piquete nas garagens e, mesmo depois das 14h, os motoristas não aceitaram colocar 30% da frota nas ruas, conforme determinação judicial. Houve bloqueio de várias avenidas e rodovias. O ato no Ponto de Cem Réis, praça no centro da cidade, contou com a participação de cerca de 20 mil pessoas.

## Maranhão

Houve manifestações e paralisações em mais de 50 cidades. Desde a madrugada, avenidas, rodovias, pontes (como a que liga o Piauí ao Maranhão) e o Porto de Itaqui foram bloqueados. Em São Luís, a Justiça determinou a circulação de 60% da frota, mas os ônibus só voltaram a circular no início da noite.

## Centro-oeste

### Distrito Federal

Em Brasília, mais de 50 categorias aderiram à greve geral. Nas cidades vizinhas, também houve atos, bloqueios de rodovias e paralisações. Rodoviários e metroviários pararam. A Justiça decretou o funcionamento parcial, mas os sindicatos disseram que não foram notificados. O acesso ao aeroporto foi bloqueado até às 7h, quando a polícia conseguiu dispersar os manifestantes. Na Esplanada, apesar da grande presença policial, desde a véspera, com revistas aos manifestantes, cerca de 25 mil participaram nos atos ao longo do dia.

### Goiás

Em Goiânia, houve piquete nas garagens desde as 3h. Várias categorias paralisaram, inclusive metalúrgicos. Rodovias e avenidas foram bloqueadas em todo o estado. Uma marcha passou pelo centro até chegar à Praça Bandeirantes, agregando cerca de 60 mil manifestantes. A extrema violência policial teve destaque com as denúncias de policiais à paisana em manifestações e com a agressão do capitão Augusto Sampaio de Oliveira contra o estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), Mateus Ferreira da Silva, que foi duramente golpeado no crânio.

### Mato Grosso

Em Cuiabá, pela manhã, houve ato na Praça Ipiranga, região central da cidade, com número de participantes estimado em 10 mil. O transporte coletivo foi paralisado. Ao menos 28 sindicatos de trabalhadores da iniciativa privada e os 32 dos servidores públicos aderiram à greve geral.

### Mato Grosso do Sul

Em Campo Grande, o transporte coletivo municipal e a rodoviária intermunicipal foram paralisados. Rodovias foram bloqueadas e cerca de 70 mil pessoas participaram dos atos na capital.

## Sudeste

### Rio de Janeiro

Pela manhã, houve piquetes nas garagens e na estação de bar-

cas em Niterói. No aeroporto Santos Dumont, o piquete no acesso foi dissolvido pela PM às 8h, deixando três trabalhadores feridos. A ponte Rio-Niterói foi ocupada, e houve bloqueios na Av. Brasil, Radial Oeste, Linha Vermelha, Rodovia Niterói-Manilha e no acesso ao terminal rodoviário Nova Alvorada, um dos maiores. Servidores, bancários, correios, operários portuários, metalúrgicos e petroleiros pararam suas atividades. Quando os manifestantes começaram a se concentrar no Centro, em frente à Alerj, para irem à Candelária, a polícia reprimiu brutalmente com o propósito de impedir as manifestações, com bombas e pancadaria da tropa de choque. Na Cinelândia, onde dezenas de milhares se concentravam, a multidão foi atacada, assim como o carro de som e os oradores no palco, que pediam pelo fim da violência policial. Houve resposta por parte de manifestantes, incendiando carros e ônibus.

## São Paulo

Desde cedo, inúmeros bloqueios foram realizados nas rodovias que dão acesso a São Paulo. Avenidas da capital foram ocupadas por manifestantes. Piquetes em portas de fábrica envolveram sindicatos operários e do funcionalismo público. Uma assembleia de trabalhadores da educação do município tomou a frente da prefeitura. O portão da USP amanheceu ocupado pelos estudantes. Por algum tempo, os grevistas tomaram o saguão do aeroporto. Os movimentos populares, particularmente o MTST, estiveram ao lado dos operários e trabalhadores em geral nos bloqueios e nos protestos de rua. No final da tarde, 70 mil pessoas se concentraram no Largo da Batata. Durante todo o dia, a repressão policial procurou dispersar os bloqueios com bombas e prisões. Em frente à casa de Temer, os policiais desfecharam um duro ataque aos manifestantes. Três grevistas foram presos e indiciados pelo governo Alckmin e seu aparato militar.

## Minas Gerais

Houve bloqueios em ao menos 23 trechos de sete estradas que cortam o estado de Minas Gerais, principalmente na BR-116 (Rio-Bahia). Em Belo Horizonte, milhares se concentraram. Além das centrais, sindicatos e movimentos, indígenas da etnia Xakriabá se somaram. Em Uberlândia, cerca de 15 mil estiveram na manifestação. Em Juiz de Fora, 30 mil foram às ruas. Em Ouro Preto, ao meio dia, todos os sinos badalaram em protesto contra as reformas de Temer.

## Espírito Santo

Os ônibus não saíram das garagens, mesmo com a determinação judicial de manutenção de 50% da frota. Desde a madrugada, as principais vias de acesso à capital foram bloqueadas. Houve atos de várias categorias e depois uma manifestação unificada em frente à Federação das Indústrias do Espírito Santo.

## Sul

### Paraná

A justiça determinou a circulação de 80% da frota, mas os ônibus não circularam. Entre as mais de 90 categorias que aderiram, estavam também os metalúrgicos, trabalhadores da limpeza pública, servidores da educação e saúde. Cerca de 200 mil pessoas participaram das manifestações no estado, número que dobra considerando as que cruzaram os braços.

### Santa Catarina

Várias rodovias e avenidas no estado foram bloqueadas. Houve manifestações em cidades como Joinville e Blumenau. Foi montada barricada com escombros no acesso ao aeroporto da capital, depois removido pela PM. O transporte coletivo de Florianópolis foi paralisado. Houve manifestação pela manhã na Av. Gustavo Richard e no fim da tarde a marcha com cerca de 20 mil participantes bloqueou os dois sentidos da Avenida Beira-Mar.

### Rio Grande do Sul

As rodovias foram bloqueadas do início ao fim do dia. Na madrugada, o bloqueio da BR290 foi reprimido com bombas. A ponte do Rio Guaíba também foi bloqueada. Houve atropelamentos em bloqueios na BR 111, em Esteio e em Caxias do Sul. O dia começou, na capital, com piquetes nas garagens e trilhos ocupados pelos metroviários em greve. A Justiça determinou funcionamento de 50% do transporte coletivo, com multa de R\$20 mil em caso de descumprimento, o que não foi acatado pelos trabalhadores. A guarda civil reprimiu um protesto na prefeitura. O ato na capital partiu da Esquina Democrática em direção ao largo Zumbi dos Palmares, agregando cerca de 10 mil pessoas. Alegando depredações, a PM reprimiu as manifestações no início da noite. Na região metropolitana, dois ônibus foram incendiados por coquetéis molotov e outros dois ficaram parcialmente queimados. Cerca de 70% das viagens a partir da Rodoviária de Porto Alegre foram canceladas devido às manifestações, paralisações e protestos nas estradas. O acesso ao polo petroquímico de Triunfo foi bloqueado por uma barricada de pneus em chamas. O Sindicato dos metalúrgicos, que integrou bloqueios, também exigiu a retomada das obras do Polo Naval na cidade de Rio Grande.

Este foi um balanço parcial do dia de greve geral. O que se destaca é a grande iniciativa dos trabalhadores e demonstração de força. O caminho agora é criar os comitês nos locais de trabalho, estudo e moradia e construir a greve geral por tempo indeterminado. A tendência à luta unitária, determinada pela dimensão dos ataques do governo e Congresso golpistas, deve empurrar as direções a constituírem a frente única sindical contra as reformas anti-nacionais e antipopulares.





## Ceará

**Exemplar demonstração de força dos explorados**

A greve geral teve uma massiva adesão e paralisou grande parte das atividades no estado. Houve atos em pelo menos 26 municípios. Em 39 cidades, as prefeituras decretaram ponto facultativo. Nas principais: Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Crateús, Aracati, Itapipoca entre outras, foram realizadas manifestações de rua. Em Brejo Santo, houve bloqueio da BR 116 e em Russas os trabalhadores ocuparam a fábrica de calçados Dakota. No Porto do Pecém, o mais importante do Ceará, houve ato de caminhoneiros, portuários, vigilantes e metalúrgicos, que paralisou o terminal de cargas por algumas horas.

Em Fortaleza e região metropolitana, a greve convergiu para o ato na Praça da Bandeira e reuniu 100 mil pessoas. Várias categorias adeririam ao movimento: professores da rede municipal, estadual e privadas; estudantes, trabalhadores da saúde, movimento popular, bancários, funcionalismo federal (INSS, IFCE, ADUFCE, Sintufce) camponeses sem-terra, movimento dos sem teto, rodoviários, metalúrgicos, urbanitários, comerciários, eletricitários, trabalhadores dos correios, etc. A manifestação percorreu as ruas do centro e fechou o comércio que ainda funcionava. O Sintro (motoristas) aprovou em assembleia a adesão à greve, mas houve intensa pressão dos patrões para que os ônibus circulassem. Alguns tiveram pneus furados nas cercanias do centro, o que fez com que apenas nesta região o transporte parasse por completo.

A greve resultou numa exemplar demonstração de força dos explorados diante da grande burguesia. No Ceará, as atividades foram convocadas por todas as centrais e movimentos. Os acontecimentos têm mostrado que a mínima ação unitária, ainda que realizada pelo alto, na cúpula das burocracias sindicais e sem instâncias democráticas de deliberação, é capaz de despertar a

força dos oprimidos. Todavia, é preciso aproveitar a potenciação do proletariado e trabalhadores em geral para defender a criação de comitês de luta, de plenárias unificadas, que se contraponham às decisões das direções do movimento (ávidas por negociarem remendos na PEC 287 e PL 6787) e que expressem a vontade dos explorados de irem até o fim na luta contra as reformas do capital financeiro e seu governo de turno.

O POR mobilizou escolas, universidade e IFCE, além de realizar ato entre os operários têxteis, na fábrica Guararapes. Interveio num bloco próprio apoiado pela presença de contatos com bandeiras, faixas e som. A fraqueza dos seus quadros, porém, ainda se interpõe como um obstáculo à propaganda do programa da revolução. O reformismo burguês (PT) e o estalinismo (PC do B) têm conseguido recompor sua influência diante dos trabalhadores, apresentando-se como os grandes opositores às reformas de Temer. Por sua vez, as esquerdas eleitoreiras: PSOL, MAIS, NOS, PSTU, PCB estão empenhadas em construir um bloco eleitoral e rejeitam a bandeira de erguer uma frente de luta unificada em defesa da vida do povo pobre.

A luta contra o contundente ajuste fiscal do governo, expressão da crise econômica capitalista, tem despertado as primeiras camadas do proletariado, a juventude pobre e grande parte dos segmentos pertencentes às classes médias arruinadas, como o funcionalismo, educação e saúde. Confirmam-se as teses do agravamento da luta de classes e da decomposição do regime burguês. As massas, que progressivamente vão despertando para a luta por seu pedaço de pão e seu mísero emprego, estarão abertas à assimilação do socialismo científico. Cabe ao embrião do partido revolucionário lutar com toda energia para fecundá-las.

## Pernambuco

**Gigantesca manifestação contra as reformas de Temer**

Antes mesmo do dia amanhecer, bloqueios de rodovia, avenidas e piquetes nas garagens de ônibus, compostos por várias centrais sindicais e movimentos sociais sinalizavam que a greve geral seria forte no estado.

Os rodoviários, em assembleia, decidiram aderir à greve. O TRT determinou que a frota fosse mantida em 50% nos horários de pico e 30% no restante, e foi ignorado pelos trabalhadores. O metrô funcionou com o esquema de cargos comissionados, fura-greves em horário reduzido, das 5h às 9h e das 16h às 20h. Rodovias Federais e estaduais tiveram mais de 40 pontos de bloqueio coordenados, organizados pelo MST, MTST, Frente Povo Sem Medo, Brasil Popular e Sindicatos. A ponte que liga Petrolina a Juazeiro, na Bahia, foi interditada e cerca de 10 mil pessoas se concentraram em um ato contra a reforma da previdência e trabalhista. Houve atos de rua em pelo menos metade das cidades de Per-



nambuco.

Cerca de 50 categorias aderiram, dentre elas: petroleiros, trabalhadores da indústria naval, metalúrgicos, químicos, trabalhadores da saúde, trabalhadores da construção pesada, trabalhadores em asseio e conservação, bancários, polícia rodoviária federal, agentes penitenciários, polícia civil (confrontando a proibição definida pelo STF duas semanas antes), guardas municipais, procuradores e promotores, trabalhadores dos correios (por tempo indeterminado), aeroviários, servidores de vários órgãos e níveis de governo, professores municipais, estaduais, do Colégio Militar, da UPE, UFPE e rede particular.

O ato nas ruas de Recife, mesmo com as dificuldades de transporte, foi multitudinário, 200 mil pessoas partiram do Derby e ocuparam a avenida Conde da Boa Vista. O bloco das principais centrais expressava a tentativa de canalizar para o parlamento,

com a foto dos políticos favoráveis às “reformas” malditas e, no caso da CUT, a tentativa de transformar o ato em um comício para Lula 2018. Distribuímos manifestos do POR, saudando a greve geral e mostrando a importância da unidade em torno das reivindicações, no campo da independência de classe. Foi possível chamarmos palavras de ordem em torno das reivindicações (“trabalhadores na resistência, contra a reforma da previdência”; “terceirização só é bom para patrão”; “Temer seu golpista, tira a mão do meu direito trabalhista”) e da defesa da ação direta (“é barricada, greve geral, ação direta que derruba o capital”). A juventude, principalmente anarquista, descarregou seu ódio no prédio do Habibs (por conta do assassinato de João Victor, de 13 anos após perseguição de seguranças desta rede, em São Paulo) e em alguns bancos.

O horário e local da manifestação foram definidos apenas na noite do dia 24 de abril, pois a CUT e CTB relutavam em fazer o ato de rua, queriam que as pessoas ficassem em casa e a CUT dis-

## Grande Recife: Debate em escola faz um chamado à greve geral



Foi realizada na Escola Estadual Senador Petrônio Portela, localizada no Loteamento Grande Recife, em Jaboatão dos Guararapes (Região Metropolitana do Recife), uma palestra, objetivando informar e discutir com a comunidade a respeito dos prejuízos que as tais reformas (trabalhistas, previdenciárias e a nova lei da terceirização), impostas pelo atual governo golpista de Michel Temer, trarão para os trabalhadores. Também se buscou esclarecer quais mecanismos de resistência e quais caminhos de luta podem e devem ser trilhados para a derrubada desses projetos burgueses.

A palestra foi resultado de uma ampla iniciativa da juventude do bairro, que garantiu o local, equipamento, e fez uma mobilização prévia com um panfleto que adaptava textos do Boletim Nossa Classe e estendeu uma faixa na praça do bairro com os dizeres “como lutar contra o fim da aposentadoria e dos direitos trabalhistas?”. O que pode se perceber foi uma boa receptividade. Mais de 80 pessoas compareceram à palestra, tendo seu público variado entre alunos do EJA e ensino médio do turno da noite, até trabalhadores (moradores do bairro) e universitários (ex-alunos da escola), que compareceram para enriquecer o debate e também fortalecer o movimento.

A apresentação partiu da caracterização dos problemas dos explorados: desemprego, instabilidade, terceirização, precariedade, salários e aposentadorias miseráveis, acidentes de trabalho e até trabalho escravo. Mostrou-se que



se que se concentraria em seu 1º de Maio. A pressão das outras centrais e movimentos só teve efeito por que há disposição de luta nas bases e as Centrais ausentes seriam cobradas. Assim, o ato foi deflagrado e construído de forma unitária, a exemplo dos piquetes nas garagens. É de grande importância a paralisação de categorias operárias e de estaleiros como o Vard Promar, em Suape, com 1600 trabalhadores e a Refinaria de Abreu e Lima. Faltaram, porém, as assembleias nas fábricas e mais locais de trabalho e a multiplicação dos comitês de preparação da greve geral. São tarefas que seguem para organizar os próximos embates. Algumas centrais já se reuniram e fizeram seu balanço, anunciando uma nova greve de dois dias (sem data) e a possibilidade de uma marcha em Brasília, permanece a linha de pressão parlamentar. O recado das ruas, porém, ficou claro: os trabalhadores e a juventude pernambucanos dizem NÃO à destruição dos direitos trabalhistas e previdenciários e indicam disposição de luta para enfrentar o governo golpista de Temer.

as propostas do governo não respondem a nenhum destes problemas, pelo contrário, ainda os aprofundam. As “reformas” malditas sacrificam ainda mais a grande massa explorada, com a política burguesa de terceirização para rebaixar os salários e precarizar as relações trabalhistas que, sobretudo com a reforma da previdência, poderá contribuir por mais tempo de trabalho e apenas ter direito à aposentadoria com uma idade mínima muito distante para os explorados.

A partir dos problemas levantados, foram defendidas as reivindicações que partem da defesa da vida dos trabalhadores, juventude e aposentados. A divisão das horas de trabalho, o salário mínimo calculado pelos trabalhadores, a efetivação dos terceirizados, a estabilidade no emprego, dentre outras. Por fim, foi um ponto fundamental na discussão a apresentação dos mecanismos de luta independente da classe operária com o caminho indicado de manifestações massivas, ocupações e greve geral por tempo indeterminado, tendo por objetivo derrubar as medidas antinacionais e antipopulares de Temer e da burguesia apodrecida.

Por fim, foi aberto para o debate. Foi evidenciado em cada fala a precarização do trabalho dos explorados e adoecimento dos trabalhadores, marcado por relatos pessoais de casos que colocam em xeque o quanto a atual política de precarização da força de trabalho afeta em grande medida todos trabalhadores. Foi evidenciada também a necessidade de uma direção que organize e amplie a luta contra o retrocesso imposto e avançar não só na conquista de direitos, mas, sobretudo a

construção de um governo operário e camponês, que derrube os mecanismos burgueses de desvio do orçamento da seguridade pública para pagamento de juros aos banqueiros e o não pagamento da dívida pública, que sufoca ainda mais o país.

É necessário avançar na politização dos trabalhadores e as formas de organização nos bairros para não apenas barrar as medidas antinacional e antipopular de Temer, mas ampliar o potencial de manifestação e luta dos trabalhadores e juventude. Esperamos que novas atividades sejam realizadas, com a perspectiva de construir um comitê de lutas no bairro.



## Rio Grande do Norte

# Bloqueios e manifestação refletem a revolta geral dos explorados

No RN, o dia da greve geral foi marcado por manifestações históricas em várias cidades do interior e, ao final da tarde, contou com a maior manifestação já ocorrida no estado, com mais de 80 mil pessoas.

Na capital, pela manhã, importantes fábricas paralisaram suas atividades em adesão à greve, como a Guararapes, que é do empresário Flávio Rocha, um dos maiores defensores do governo golpista de Temer. O dia amanheceu com bloqueio de estradas, queimas de pneus, que apontavam para o início da greve geral.

Em um dos bloqueios, um seguidor de Bolsonaro tentou passar e atirou em um advogado que passava próximo ao movimento. A mídia se utilizou deste episódio. Assim, como em todo o país, tentou amedrontar os trabalhadores e a juventude a não participar da manifestação, o que não teve efeito.

Ao final da tarde, a manifestação em Natal demonstrava a resposta dos trabalhadores, desempregados e juventude oprimida contrários às medidas do governo. Durante toda a manifestação, ouvia-se resposta contra as reformas da previdência, trabalhista e a terceirização. Muitos cartazes denunciando o deputado Rogério Marinho, do PSDB/RN, relator do projeto da reforma trabalhista e, no estado, perseguidor dos movimentos sociais em especial os da educação. Também denunciado por corrupção com empresas terceirizadas.

### Atuação do POR

O Partido Operário Revolucionário atuou construindo o ato, mobilizando os trabalhadores da fábrica Guararapes com o Boletim Nossa Classe, onde os trabalhadores expressavam sua revolta diante da retirada de direitos e os ataques implementados pelo governo Temer. Todos os operários sabiam o que estava acontecendo no país, pois estão sendo atingidos diretamente desde o direito ao tempo do almoço até o cumprimento de metas com números de operários três vezes menor que anteriormente. A revolta era geral. O Boletim Nossa Classe apontava que o movimento deve avançar para a greve geral por tempo indeterminado.

## Importância do Comitê da UFRN para a greve

Na véspera da greve geral, realizou-se a plenária do setor 2, que contou com cerca de 40 estudantes, onde foi feito um debate sobre as reformas, o dia 28 e o chamado para os protestos. Uma parcela dos estudantes se dispôs a permanecer na universidade até o dia seguinte para atuar na greve. Somou-se também uma boa quantidade de estudantes que realizariam um bloqueio em outro ponto da cidade, mas que de última hora desistiram e decidiram se juntar ao bloqueio da BR 101.

Já no fim da noite, no DCE, realizou-se uma plenária com cerca de 50 estudantes, onde foram fechados os detalhes finais do ato.

Logo cedo, já na BR, somaram-se mais estudantes e funcionários. Realizou-se o bloqueio com queima de pneus e piquete. O ato não conseguiu interromper totalmente o fluxo, pois os carros conseguiram desviar por uma rua menor, mas causou um engarrafamento quilométrico. Havia possibilidade para o ato ser mais efetivo, mas sua limitação era que não contava com uma direção revolucionária.



Nossa atuação junto à juventude oprimida também foi importante para construção de uma coluna no ato que expressasse as bandeiras de luta. Nossa bandeira de “Abaixo o governo golpista de Temer” se contrapunha ao “Fora Temer”, gritado por todas as demais organizações que apontam para uma saída eleitoral.

Após esse resultado da greve geral do dia 28, fica a lição para o movimento de que devemos avançar na construção da greve geral por tempo indeterminado. Que voltemos às ruas para derrubar na sua totalidade as reformas do governo golpista de Temer e levantar as reivindicações do proletariado como emprego, salário, terra, moradia. Os trabalhadores e demais oprimidos tomaram as ruas do país não para fazer emendas nas propostas de ataque as nossas conquistas, mas para dizer que não queremos a precarização do trabalho com as terceirizações, que queremos o direito à aposentadoria e que não aceitamos nenhuma retirada dos direitos já conquistados.

Que as centrais sindicais se organizem para construir em unidade os próximos embates, superando o divisionismo burocrático e eleitoral dentro do movimento. O POR continuará atuando na construção dos movimentos e defendendo as bandeiras que derrubem as reformas e enfrentem o governo Temer e seus aliados pelo método da ação direta.



O acerto do comitê foi ter tirado uma orientação correta de construir, desde as bases, a paralisação e a ação radicalizada no dia 28. Isso possibilitou que as várias forças, que estavam dispersas, pudessem confluír minimamente, no sentido de realizar o bloqueio. O comitê só tem sentido prático se servir para reorganizar as bases pelo método da democracia operária e ação direta. As plenárias unificadas nos setores serviram para isso. A atuação nas assembleias das categorias pode servir como auxiliar para impulsionar a unidade dos três setores, como por exemplo quando se conseguiu aprovar a ação radicalizada na assembleia do SINTEST, empurrando a categoria para uma ação unitária com os estudantes a partir do comitê. A experiência mostrou que é nesse processo de construção da luta nas assembleias e plenárias de base (democracia operária) que o programa das correntes políticas é colocado à prova.

## Campina Grande

# TRABALHADORES PASSAM POR CIMA DA BUROCRACIA SINDICAL

Na Paraíba, as ações estiveram presentes em pelo menos 4 cidades, com destaque para a capital João Pessoa, que paralisou BRs e as principais entradas da cidade, e Campina Grande, que realizou um ato com fechamento de todo o comércio na região do centro, com paralisação dos transportes coletivos, inclusive, com adesão dos rodoviários à greve, e com o impedimento do funcionamento do turno da tarde na maior fábrica da cidade, a Alpargatas.

O Comitê Municipal contra a Reforma da Previdência foi um espaço de frente sindical articulado para a construção da greve. Contou com pouca adesão, para não dizer “boicote” das direções CUT e CTB. Contudo, mesmo com a baixa participação e convocação de reuniões das centrais em aberta desconsideração à importância do Comitê, o ato foi realizado de modo unificado. O Comitê continua a ser um espaço de unificação fundamental para a continuidade da mobilização em torno das reivindicações.

A greve geral em Campina Grande contou com uma adesão de cerca de 3 a 4 mil pessoas, entre elas, trabalhadores dos Correios e docentes da UEPB, categorias que deflagraram greve por tempo indeterminado. Teve início às 4h da manhã com fechamento das garagens de ônibus pelo Sindicato Rodoviário. Às 7h, a massa concentrada no centro exigiu o fechamento das lojas, que insistiram em abrir, e convocou os trabalhadores a aderirem à mobilização. Por volta do meio dia, parte da vanguarda se dirigiu à Alpargatas, fazendo piquetes e falas no carro de som, convocando os operários a aderirem à greve geral. O sindicato cutista dos trabalhadores calçadistas não compareceu. A atividade pode ser considerada exitosa pela atenção e agitação de quase todos os trabalhadores que, na troca de turno, totalizam cerca de 2 mil pessoas. O ato iniciado às 13h permaneceu até às 17h com atenção de pelo menos 300 operários que se manifestavam com palmas, assovios contra Temer. Com a chegada da imprensa, os trabalhadores também se manifestaram. Um dia de trabalho transformou-se em dia de luta!

Diante dessa situação convulsiva de mobilização desses operários, abandonados por seu sindicato, fazemos a campanha de defesa desses trabalhadores indignados contra as medidas repressivas realizadas pela empresa. Medidas com as quais o sindicato foi conivente. Ou seja, medidas que foram de oferecer sorvete nas refeições para atrair os trabalhadores a entrar na fábrica, até advertências e suspensões de um, dois, três dias.

## Rondônia e Amazonas

# Camponeses, ribeirinhos, indígenas, estudantes e trabalhadores em geral se unem contra as reformas

Organizamos um pequeno balanço sobre a greve do dia 28 de abril em dois estados do Norte em que houve participação de militantes do Partido Operário Revolucionário. Nosso objetivo é evidenciar que, ainda que fragilmente, há disposição dos trabalhadores e da juventude em se lançar para a luta mesmo nas regiões com menor tradição e menor organização sindical. Isso porque se identifica corretamente que as medidas do governo golpista representam o maior ataque das últimas décadas aos direitos dos trabalhadores. Sobre tudo nas regiões Norte e Nordeste, concentram-se os desequilíbrios econômicos com o restante do Brasil. A Reforma da Previdência, por exemplo, golpeará fundo os camponeses, afetará os ribeirinhos, atin-

Os trabalhadores que procuraram o sindicato em busca de alguma defesa diante das suspensões receberam a resposta de que nada faria porque tinha acordado com a empresa que a greve não atingiria a indústria, assim como as grandes corporações comerciais. *Denunciamos a direção pelega do Sindicato Calçadista de Campina Grande e convocamos os trabalhadores a tomarem em suas próprias mãos esse importante instrumento de luta, para pôr em curso uma política operária em favor dos trabalhadores e não da burguesia! Quem decide se a categoria entra ou não em greve são os operários em suas assembleias! A função dos sindicatos é a de organizar e politizar as ações coletivas e não a de substituir sua base, decidindo por cima delas em reuniões com os patrões!*

Aos operários da Alpargatas dizemos: *um, dois, três, quatro dias sem trabalho não é nada diante da vida que se perde diante da ditadura de classe da burguesia, que através dos patrões e seus governos retiram cada dia mais os nossos direitos e das gerações futuras! Como se já não bastassem os salários de fome, a incerteza de que mais dia, menos dia, uma demissão pode vir, autoritariamente o governo Temer tenta impor as reformas trabalhista e previdenciária para legalizar a maior exploração da nossa força de trabalho! É imprescindível tomar nas mãos a tarefa de cobrar do sindicato que realize assembleias democráticas para defender os empregos, os salários, os direitos e a aposentadoria e, mais ainda, para aderir ao plano de lutas unificando com as demais categorias em luta contra as medidas antinacionais e antipopulares do golpista Temer! Diante das direções pelegas, cabe a responsabilidade de tomar a defesa dos trabalhadores contra as ações da empresa!*

A greve geral do dia 28 foi uma enorme experiência para toda a classe oprimida. Como vimos, Temer continua exercendo sua ditadura civil de forma intransigente! A forma como esse governo impõe suas reformas deve ser combatida com uma resistência ainda maior! Trata-se de construir a greve geral por tempo indeterminado! À medida que a luta avança, fica mais claro que não basta fazer pressão para que o governo amenize o grau de ataque às massas, mas de pôr abaixo seu governo golpista através de um grande movimento de massas, que se utilize dos métodos operários de ação direta e que reivindique um governo próprio, o governo operário e camponês! A experiência dos últimos anos demonstrou que também não adianta pôr na máquina do Estado burguês um candidato de origem operária, mas substituir o Estado burguês pelo Estado Operário!

girá as populações que vivem com menor expectativa de vida e em piores condições de trabalho. Assim, houve manifestações em todo o Norte: Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Amazonas.

## Porto Velho

A greve geral foi organizada pela CUT/RO e 22 sindicatos locais. Foi um movimento de cúpula, não houve a organização de comitês abertos para a participação de todos os trabalhadores e militantes. Desse modo, o movimento foi organizado para ser mais simbólico do que efetivo, pois sequer da passeata organizada tirou-se um ato para o dia 1º de maio.

Ainda assim, houve uma boa participação de trabalhadores, cerca de 5 mil, que se dirigiram, no período da manhã, para a Praça da Caixa D'Água, onde houve a concentração para o ato.

O ato saiu da Praça e seguiu pelas principais ruas do Centro de Porto Velho, retornando depois à Praça. O bloqueio das ruas por onde passou a manifestação durou aproximadamente 2hs.

O movimento teve adesão de servidores públicos em geral, de estudantes das escolas públicas do ensino médio, da Universidade Federal de Rondônia, do Instituto Federal, da igreja católica, da via campesina, de estudantes do SENAC e diversos setores como os servidores de bancos da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Bradesco.

Apenas as Centrais e os sindicatos tiveram a oportunidade de falar e expressar sua política que, com poucas variações, centrou-se na ideia da "ilegitimidade" do governo e convergiram para o "Fora Temer", como se viu com a CTB, a UGT, a Frente Brasil Popular, o Levante Popular, além da CUT que era majoritária. O método defendido foi a denúncia dos parlamentares e, mesmo nessa circunstância de ataque aberto à vida das massas, a defesa foi a da pressão parlamentar.

Divulgamos durante a passeata, o material defendendo as bandeiras para enterrar as reformas e ataques do governo federal, mostrando a necessidade de não se apoiar na luta parlamentar e estender a greve geral para conseguir barrar a investida da burguesia nacional e internacional. Além do boletim "Massas", houve a distribuição do segundo boletim da Oposição Unificada, que tem como objetivo formar uma frente sindical para intervir no movimento de trabalhadores da educação básica de Rondônia.

### Rolim de Moura

A preparação para a manifestação no dia 28 de abril em Rolim de Moura indicava que poderia haver uma grande manifestação com um contingente de servidores públicos e de outras categorias. No entanto, apesar do presidente do Sinsezmata ter empenhado-se num chamado às entidades e aos servidores da universidade do Campus de Rolim de Moura, a manifestação atingiu de cerca 350 manifestantes, ainda que contasse com a presença do Sindicato rural do município.

A manifestação na Zona da Mata saiu dividida, pois as lideranças dos dois maiores sindicatos da região, o Sintero e o Sinsezmata, se mobilizaram no sentido de dividir as manifestações por municípios, o que resultou num protesto pequeno para tamanha gravidade do momento no qual as condições de existência dos trabalhadores são atacadas frontalmente.

O sindicato rural, que tinha condições também para mobilizar os camponeses juntamente com os estudantes de educação do campo e engrossar as fileiras da luta numa grande manifestação, não trabalhou pela unidade e se dispersou seguindo isoladamente para a BR 364, para um bloqueio com poucas pessoas.

Na organização da greve geral, a militância do Partido Operário Revolucionário defendeu a unidade entre os camponeses, estudantes do curso de Licenciatura em Educação do Campo e os trabalhadores do setor urbano da cidade e da Zona da Mata numa única manifestação no centro da cidade e, em seguida, todos participariam do

bloqueio de rodovias. A proposta foi vencida e a ação da greve geral ficou dividida e fragilizada. A partir dessa experiência, é preciso superar os obstáculos que se encontram no seio dos trabalhadores, que acabam dividindo os explorados e fragmentando a luta unitária.

### Manaus

Como um importante centro urbano do norte do país, Manaus conseguiu a paralisação de importantes categorias, como parte do transporte urbano, que foi paralisando ao longo do dia. Em toda cidade, houve atividades pela manhã e pela tarde. Desde a participação de estudantes e professores de todos os níveis em panfletagem em pontos movimentados da cidade até a ação de sindicatos, que paralisaram avenidas importantes, realizando no final da tarde um grande ato no centro da cidade, na Praça da Polícia, com cerca de 15 mil manifestantes.

Estiveram à frente Centrais Sindicais e sindicatos ativos, como os da UFAM (professores e técnicos). Obviamente, também prevaleceu a política eleitoral de defesa do "Fora Temer", inclusive, há na cidade um Fórum chamado "Fora Temer de Manaus", que vem organizando atividades desde o ano passado, quando ocorriam as manifestações contra a PEC 241 (hoje EC 95).

O problema da manifestação em Manaus é que há um polo industrial dos mais importantes do Norte e mesmo do país, com mais de 130 mil operários que se concentram no Distrito Industrial e que não participaram ativamente das manifestações. Houve uma parcela significativa, talvez majoritária, que foi trabalhar na sexta-feira, tendo sido impedida ou atrapalhada sobretudo por causa da paralisação dos transportes, porque o SindMetal do Amazonas, dirigido pela CUT, não organizou ativamente a paralisação. Assim, tudo aconteceu, sem que a classe operária pudesse de fato afetar imediatamente a produção e criar um impacto econômico.

Verificou-se que, nas duas capitais, Porto Velho e Manaus, a CUT, que é majoritária, não atuou de fato na organização desde as bases para fazer uma grande greve, mesmo que de um dia. Embora nas duas houve atos expressivos, considerando a tradição da região.

### Outras cidades do Amazonas

Nas cidades que possuem o IFAM (Instituto Federal), estudantes e professores saíram às ruas para protestar contra as reformas. Houve pequenos, mas significativos atos, em Lábrea, Tefé, Coari e Itacoatiara.

O sindicato de professores da UFAM (ADUA) organizou as atividades em Manaus e também em outras duas cidades em que há campus, Parintins e Humaitá. Nas duas cidades, ocorreram manifestações de rua, panfletagem, debates e denúncia nas rádios locais.

Em Humaitá, entrevistamos a partir das falas durante todo o dia de protesto e na entrega do boletim Massas do Partido Operário Revolucionário. Houve organização das atividades por meio de comissão de mobilização em que participam a ADUA, o SINASEFE, o SINTEAM e Família Franciscana (igreja católica). Particularmente, nessas cidades do interior do Amazonas, ficou mais evidente o quanto os trabalhadores rurais, os ribeirinhos e a juventude serão afetadas pela Reforma da Previdência e Trabalhista.

*(...) há disposição dos trabalhadores e da juventude em se lançar para a luta mesmo nas regiões com menor tradição e menor organização sindical. Isso porque se identifica corretamente que as medidas do governo golpista representam o maior ataque das últimas décadas aos direitos dos trabalhadores.*



Paraná

## Até mesmo a velha burocracia sindical foi obrigada a se colocar pela greve

A greve geral na região de Londrina foi organizada por uma frente de sindicatos. Desta participaram sindicatos vinculados a todas as centrais, principalmente a Força Sindical e CUT. Foi realizado um grande ato político com passeata no centro que mobilizou mais de 15 mil pessoas. O transporte foi paralisado e teve piquetes nas garagens. Fecharam parte dos bancos e do comércio, universidades públicas e privadas e alguns colégios. A imprensa local registrou e teve de admitir que houve uma greve geral na região.

No Paraná, 92 categorias de trabalhadores aderiram à mobilização contra as reformas trabalhista e previdenciária do governo golpista de Michel Temer. Na capital, Curitiba, ao menos 20 categorias paralisaram e um protesto reuniu cerca de 20 mil pessoas.

O engajamento das mais velhas burocracias ao movimento se deveu à ameaça deles perderem os recursos do imposto sindical. Mas, a presença massiva de trabalhadores e da juventude na manifestação indica que existe muita revolta e convicção de que é preciso enfrentar com os métodos das massas os ataques do governo.

A Corrente Proletária que milita na universidade participou distribuindo panfletos e ocupando a tribuna para falar em nome do DCE, diferenciando-se dos discursos legalistas e eleitoreiros que predominaram durante o ato.

Na universidade estadual de Londrina, os técnicos, os estudantes e os professores convocaram assembleias para aprovar a adesão à greve, sendo aprovadas com entusiasmo em todas elas a participação da universidade no movimento.

A realização do ato unificado e a grande adesão que tive-

ram as paralisações de 15 de março e 28 de abril indicam que há muita disposição de luta por parte da juventude e dos trabalhadores. Será necessário, no entanto, romper a camisa de força das burocracias sindicais, para colocar em ação esta potencialidade.

Durante a manifestação, um vereador da cidade que representa o MBL passou xingando os manifestantes, se auto filmou enquanto agredia os grevistas e divulgou nas redes sociais esta agressão. Este episódio provocou a revolta dos sindicatos e de todos os trabalhadores que resolveram representar contra o mesmo na Câmara Municipal e no próprio Conselho Universitário da Universidade em que ele representa o legislativo.

O DCE da UEL divulgou a seguinte nota sobre este episódio.

*O DCE repudia a política reacionária do vereador Felipe Barros em Londrina. Porém, não estamos combatendo a sua pessoa e sim sua política burguesa, a política do MBL.*

*O MBL é uma força política reacionária que está vinculada e subordinada a setores do capital, sobretudo, o capital financeiro e industrial. Apoiou o golpe de Estado e apoia as reformas (destruição de direitos) do governo Temer, inclusive a do ensino médio, bem como o projeto escola sem partido. Foi veementemente repudiado pelo movimento numa manifestação na Câmara de Vereadores. O DCE apoia esse repúdio. Aqui em Londrina, atacou as ocupações dos estudantes secundaristas e se articulou com a reitoria (burocracia Universitária) contra a greve do ano passado, incentivando os movimentos contrários à greve na universidade.*

*Sua política repressiva precisa e deve ser derrotada, por ampla mobilização.*

São Paulo

## Rica experiência do movimento grevista

Zona Leste

### Comitês de luta impulsionam piquetes e bloqueios

O governo utilizou todos os meios para tentar quebrar a greve com mentiras, mas levou um duro golpe das massas. Formaram-se piquetes por todo o país. Na Zona Leste de São Paulo, houve bloqueios em Itaquera, Sapopemba, Terminal São Mateus e Ragueb Chohfi. Em Itaquera, a polícia reprimiu violentamente os trabalhadores. Seis companheiros do MTST foram presos. Três conseguiram sair, três continuam presos.

O Partido Operário Revolucionário esteve pela manhã no bloqueio realizado pelo movimento de moradia da Juta, na Avenida Sapopemba, em frente ao Terminal Teotônio Vilela. Distribuimos o manifesto do partido aos motoristas, defendendo a greve geral por tempo indeterminado para derrotar as reformas da previdência e trabalhista.

Os trabalhadores utilizaram o próprio corpo para bloquear a via, abriram faixas contra as reformas, jovens batiam latas e

gritavam palavras de ordem como “o povo na rua, a luta continua”. Os manifestantes, em sua maioria mulheres e jovens, demonstravam coragem e disposição de luta. A população retomou as ruas utilizando o método da ação direta. Os piquetes e bloqueios foram resultados dos comitês de luta contra as reformas, que se constituíram nos bairros, nas universidades, escolas, sindicatos e movimentos populares.

É na greve que os trabalhadores entendem que não estão sozinhos, que são uma classe e que juntos podem derrotar o governo e suas reformas malditas. A greve mostra aos operários que o governo é seu inimigo.

Está colocada a tarefa de fortalecer os comitês de luta já criados e constituir novos. Trabalhar para constituir a frente única sindical para derrotar as reformas antinacional e antipopular de Temer e defender o governo operário e camponês.

## Militantes da Zona Leste atuam também no ato do ABC

No dia 25 de abril, o POR fez campanha pela greve geral com a distribuição do Boletim Nossa Classe na região do Parque São Lourenço. Foi possível conversar com um setor das costureiras, que estava disposto a fazer a greve, cobrando a presença do sindicato. Na fábrica metalúrgica, os operários mostraram disposição de luta. Também exigiram a presença do sindicato na porta da fábrica e que desse “a cara a tapa”. O sentimento era de defesa da greve geral de “parar tudo”.

No dia 26, o POR esteve no ato no ABC, convocado pelo Comitê

### Cajamar

#### Bloqueio da madrugada

Na greve geral, os militantes do POR intervieram juntamente com operários da indústria química, professores, metalúrgicos e MST para o bloqueio da rodovia Anhanguera, na altura da cidade de Cajamar.

Os patrões, informados do ato que ocorreria no local, se organizaram para que os operários entrassem bem mais cedo que o de costume. Assim, tivemos de antecipar o bloqueio para as 3 horas da madrugada. Ao chegarmos ao local, já com a presença da polícia, iniciamos o bloqueio, com apoio das companheiras do MST, de um dos lados da rodovia. No entanto, conseguimos segurar por apenas 30 minutos, pois, logo a polícia, protegendo os interesses dos patrões, nos obrigou a sair com a habitual truculência.

Apesar disso, conseguimos bloquear com pneus incendiados a outra pista, travar o trânsito por duas horas. Durante todo o

### Santo André

#### Trancamento na Avenida do Estado

O Comitê contra as reformas da região do ABCDMRR organizou vários atos, trancamento em avenidas que dão acesso a várias cidades e piquetes nos portões de empresa de ônibus (Ribeirão Pires), responsável pelo transporte dos trabalhadores.

Na cidade de Santo André, o trancamento ocorreu na madrugada do dia 28, na avenida do Estado, próximo ao mercado Carrefour. Teve a participação de operários do sindicato dos metalúrgicos de Santo André (Força Sindical), funcionários públicos e alunos da Universidade Federal do ABC. Contou com cerca de 300 manifestantes. O bloqueio foi rápido, mas conse-

### Lapa

#### Piquete na Alstom

Durante o mês de abril, o POR atuou em algumas fábricas da região com o Boletim Nossa Classe, convocando os operários à greve geral e mostrando o brutal ataque de Temer com as reformas trabalhista e previdenciária. Na véspera do dia 28, o partido esteve na principal estação de trem, chamando à paralisação e divulgando o 1º de Maio na Praça da Sé.

No dia da greve geral, juntamente com os sindicatos dos vidreiros, metalúrgicos e professores, atuamos na madrugada com os piquetes de fábricas. No local em que se iniciaria o piquete, estava deserto. Os operários acataram a greve. Assim, o piquete se concentrou na porta da Alstom, uma importante multinacional da região envolvida nos escândalos de corrupção do PSDB. Aqueles que queriam furar a greve possuíam cargos

Unitário Contra as Reformas e pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Depois da concentração, a passeata seguiu até a Igreja do Carmo. Foi distribuído o boletim Nossa Classe, que denunciava o governo golpista e as reformas antinacionais e antipopulares.

No dia da greve geral, o POR retornou a esse polo fabril, que estava deserto. Os operários acataram a greve. Em seguida, os militantes foram ao encontro do ato que se realizava na avenida Sapopemba, onde um grupo das creches dirigidas pela igreja e as ongs fazia um bloqueio.

tempo, os manifestantes gritavam as palavras de ordem contra o governo e contra as reformas. Em conversa durante o ato com os operários de uma das indústrias, que estavam observando atrás do portão, nos relataram que foram ameaçados de demissão caso participassem da greve geral. Mesmo assim, notamos que eram solidários à luta que estávamos travando.

O POR denunciou o assassinato dos 9 camponeses em MT, a violência contra os indígenas em Brasília. Levantamos, ainda, as bandeiras de abaixo o governo golpista de Temer e as reformas trabalhista e previdenciária. Defendemos que somente a greve geral por tempo indeterminado poderá derrotar o governo e suas reformas malditas. Concluimos que há grande disposição de luta dos operários e dos movimentos sociais contra as reformas.

guiu interditar todas as vias da avenida, parando o trânsito até o momento em que a tropa de choque chegou jogando gás de pimenta e bombas. Os trabalhadores não se intimidaram e permaneceram na via que dá acesso a São Paulo, realizando o ato até as 8 horas da manhã.

O POR atuou neste bloqueio. Os operários foram a direção. Participaram com disposição, organizados e disciplinados, motivando os estudantes e demais trabalhadores a agir sem temer o repressor. Está aí a importância da unidade com a classe operária.

administrativos, mas foram impedidos sob os gritos de “fura-greve”, “puxa-saco”, entre outras palavras de ordem. Isso ocorreu porque feriam a democracia operária da assembleia que deliberou pela paralisação. Logo os carros da polícia chegaram para acabar com o piquete. No carro de som, os grevistas se revezavam explicando as razões da greve geral e chamando a adesão de todos. Alguns encarregados mais afoitos tentaram furar o bloqueio, mas foram barrados pelo cordão de militantes.

Depois de algumas horas, o piquete seguiu em manifestação para a marginal do Tietê. Durante boa parte da passeata, foi utilizada apenas uma das vias da rodovia. No viaduto do Piqueri, a manifestação se juntou a outra que vinha da região da Brasilândia. Quando as duas manifestações se encontra-

ram, foi possível bloquear as outras vias por algum tempo. O bloqueio, no entanto, foi contido pela ação truculenta da PM, que ameaçou atirar balas de borracha e spray de pimenta contra os manifestantes. Os que resistiram foram retirados à força, empurrados até a pista lateral.

Em seguida, realizou-se um ato político. Neste ato, o POR usou a tribuna para defender a greve geral por tempo indeterminado, como uma necessidade para derrotar o governo golpista e enterrar as reformas da previdência e trabalhista. Concluiu denunciando a chacina de camponeses do Mato Grosso e chamando a luta contra o sistema capitalista, responsável pelos

## **Taboão da Serra e região**

# **Trabalhadores dos correios, marceneiros, professores e metalúrgicos se unem para parar as fábricas**

O trabalho de mobilização começou às 6h, na sede do Sindmetal de Taboão da Serra, sindicato metalúrgico ligado à Força Sindical. Lá, foram organizados os grupos que iriam circular pelas fábricas da região no horário de entrada dos operários. A principal empresa metalúrgica da região, a Cinpal, havia dispensado os trabalhadores, temendo os efeitos de um bloqueio no portão, com realização de assembleia. Foi obrigada a fazer essa manobra, porque sentiu a pressão que vinha do chão de fábrica em favor do movimento. Não foi necessário, portanto, o comando ir à Cinpal, concentrando as energias nas fábricas vizinhas, a exemplo da Jan Lips. O comando de greve não encontrou resistência. Após as reuniões, em frente aos portões, que contaram com falas de representantes de vários sindicatos, como dos Correios, marceneiros, professores etc., os operários caminharam pela Régis Bittencourt, blo-

## **Assembleia e passeata dos professores municipais**

No dia 28 de abril, houve paralisação dos professores e funcionários da educação municipais, com assembleia no centro de São Paulo, em frente à prefeitura. Cerca de 5 mil trabalhadores compareceram. Aprovou-se que, em 18 de maio, haverá outra assembleia para cobrar resposta do governo a respeito dos novos pisos do quadro do magistério e do quadro de apoio à educação.

Os municipais subiram em passeata até à Avenida Paulista. Ao chegarem, os que lá estavam já tinham descido para o Largo da Batata. O ato, então, logo se dispersou na Praça do Ciclista.

# **Estudantes da USP se unem pela greve geral**

A distribuição do boletim de convocação do 1º de Maio para a Praça da Sé e do dia 28 de abril, no terminal Parque Dom Pedro, teve uma calorosa receptividade. Os trabalhadores vinham buscar o boletim e repetiam alto e em bom som que era preciso paralisar tudo. Nada poderia funcionar no dia 28. Vários solicitaram um punhado de boletins para levar a seus companheiros de trabalho. Chamou nossa atenção a amplitude da revolta contra o governo de Temer, ao governo do estado e prefeito de São Paulo. Em meio aos passos apertados para o trabalho e o olhar atento ao boletim, diziam que era preciso retirar o Temer, Alckmin e também o Dória.

Outro destaque foi o da convocação no CRUSP. Há três anos, o POR e independentes compõem a gestão da AMORCRUSP (Associação dos Moradores da USP) e tornou-se tradição o chamado com megafone das atividades do movimento. Passa-se de bloco em bloco. Nem sempre esse chamado foi recebido satisfatoriamente pelos moradores. Houve vários momentos em que se ouviam os reclamos feitos das janelas dos apartamentos. Mas,

massacres, pela exploração e pela barbárie social.

O movimento foi importante, porque colocou em prática o método da classe operária, que é o da ação direta: bloqueio de ruas e rodovias, os piquetes, a greve geral. Mostrou que somente com a paralisação da produção é possível derrubar as reformas. Mostrou, ainda, que apesar da política de conciliação de classes da burocracia sindical, os operários puderam expressar o instinto de luta contra a exploração do trabalho e as medidas do governo golpista de Temer.

No período da tarde, os manifestantes se dirigiram para o Largo da Batata, local de concentração dos grevistas.

queando o trânsito, e se encontraram num gramado à beira da rodovia, próximo à entrada do bairro Parque Laguna. Nesse local, foi realizada uma assembleia conjunta, onde puderam falar representantes de movimentos sociais, como o MST e o MTST, dos sindicatos e partidos.

O POR fez uma intervenção defendendo a memória dos militantes assassinados covardemente pelas polícias e jagunços, a exemplo do líder sem-terra de Minas Gerais, Silvino Nunes Gouveia, além de todos os outros que naquela manhã já haviam sofrido com a repressão. Na sequência, apontou a necessidade de explicar as raízes mais profundas das reformas reacionárias, que se encontram na crise estrutural do capitalismo. Encerrou a fala defendendo a necessidade de ligar a luta em defesa dos direitos, salários e empregos com o combate anticapitalista, pela construção do socialismo.

A comissão de negociação ficou durante 2 horas em conversa com o governo. Essa enrolação não foi sem sentido. Tinha o intuito de evitar que a passeata dos municipais se juntasse a dos outros trabalhadores. O presidente do sindicato (SINPEEM), Cláudio Fonseca, é do PPS. Partido que faz parte da base aliada dos governos Dória/PSDB e Temer/PMDB.

O POR/Corrente Proletária defendeu greve geral por tempo indeterminado. Que o movimento dos trabalhadores da educação do Município de São Paulo deve fazer parte do conjunto da luta dos demais trabalhadores.

desta vez, não só não houve reclamações, como ouvíamos gritos de satisfação. Ressalta-se também a participação de outras forças políticas nessa convocação, numa frente única prática, fato inédito na história recente do movimento de moradia.

O dia 28 se iniciou pontualmente às 6 da manhã, com o trancamento do portão principal da universidade. Lá já se encontrava o carro de som que serviu para organizar as falas do movimento. O POR fez uso do microfone, onde defendeu a necessidade de continuar com a greve do dia 28, evoluindo para uma greve geral por tempo indeterminado. Que somente dessa maneira se derrotaria o governo de Temer e suas reformas antinacional e antipopular. Foi defendido também que as massas deveriam confiar nas suas próprias forças, e que o caminho era o de se manter nas ruas. As posições oportunistas e eleitoralistas deveriam ser rechaçadas, pois se configurariam como um desvio da luta. Por fim, defendemos que os trabalhadores e a juventude oprimida deveriam se colocar pela bandeira de “Abaixo o gover-



no de Temer” e por um “Governo Operário e Camponês”.

Desse trancamento, o movimento saiu em marcha até um entroncamento de avenidas, onde pneus foram queimados. Pouco depois, a tropa de choque interveio e reprimiu os manifestantes, que se mantiveram coesos, recuando organizadamente até o portão da universidade. Quando a polícia foi embora, o movimento decidiu derrubar as grades que cercam o sindicato desde o começo do ano. Por muito pouco, o intento não se efetivou. Chegou-se a abalar as grades, mas a tropa de choque foi novamente acionada e dispersou o movimento, que

## Litoral Norte / Fórum dos sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais se coloca à frente da greve geral

O Litoral Norte de São Paulo, que não possui histórico e experiência de luta, vem aprendendo a se levantar e a lutar contra os prefeitos e patrões opressores. Criado há pouco mais de um ano, o *Fórum dos Sindicatos, Oposições Sindicais e Movimentos Sociais do Litoral Norte* tem canalizado e organizado as lutas na região. O *Fórum* é constituído pelo Sindserv de São Sebastião (Sindicato dos Servidores Municipais de São Sebastião), APEOESP (oposição), Sindipetro-LP e Sinsprev. Atuam militantes do POR, MAIS, Luta Socialista/PSOL e independentes.

Após o Ato Público organizado por este Fórum no dia 15 de março contra as reformas, foi criado o *Comitê No Litoral Norte de São Paulo Contra as Reformas da Previdência e Trabalhista*.

### A Plenária que Organizou a Greve

O Comitê compreendeu que seria necessário construir a greve geral na região e que esta se daria pela organização de uma Plenária, que ocorreu no último dia 26, na sede do Sindserv de São Sebastião, que tem se tornado, junto com o Sindipetro, duas trincheiras de lutas na região.

Compareceram na plenária representantes dos seguintes sindicatos e organizações: Sindipetro-LP, Sindicato da Construção Civil, APEOESP (Oposição/Corrente Proletária na Educação), Sinsprev, OAB, Funcionários do IBAMA e Associação de Amparo às Mulheres de São Sebastião (AAMSS). O PT e a Frente Brasil Popular apareceram em peso, inclusive a JPT, que até então não havia se juntado ao *Comitê*. O debate foi rico e democrático, deliberou-se pela ampliação da distribuição do segundo boletim do *Comitê* e finalizou com a organização das tarefas para o dia 28.

Em Caraguatatuba, os petroleiros que trabalham na UTGCA (Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba) cruzaram os braços já a partir da meia noite. Em São Sebastião, os Portuários e os petroleiros do TEBAR (Terminal Marítimo Almirante Barroso) também aderiram à greve geral. Não houve operações no Porto e muito menos no maior terminal petrolífero do país em todo dia 28.

Um Ato Público foi organizado pelo Comitê na frente do TEBAR, com cerca de 500 pessoas, operários e trabalhadores dos diferentes setores das cidades de Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela. Salvo as limitações da região, o ato foi bem politizado com várias falas contra as reformas e o presidente Michel Temer. As duas vias da rodovia Rio-Santos foram ocupadas por algum tempo e depois sob ameaça de repressão policial ocupou-se apenas uma via por quase quatro horas.

O ato deliberou por uma passeata pela cidade com o objetivo de chegar até a Prefeitura para açoitá-lo o Prefeito Felipe Augusto (PSDB), que no dia anterior soltou uma nota ameaçando com corte de ponto os servidores que aderissem à greve. O filhote de coronel perdeu a oportunidade de ficar de boca fechada, teve de ouvir os manifestantes que por quase uma hora, o combateram com palavras de ordem contra o seu autoritarismo. O ato fez falas também na frente da Rodovi-

não foi embora sem resistir a pedradas.

Assim, encerraram-se as atividades na USP. O POR se destacou pela atuação organizada, com distribuição de seu manifesto e vendagem de seu *Jornal Massas*. É válido destacar que alguns trabalhadores dedicaram atenta leitura ao nosso manifesto e que a vendagem do jornal foi bastante expressiva. É nesses momentos de luta de classes, de unidade dos explorados e da juventude, que as posições classistas e revolucionárias ganham força e projeção. Notamos, nitidamente, a confluência das bandeiras e da política proletária com a revolta dos explorados.

ária, no Pátio de obras da Prefeitura, na frente do Porto e, por fim, na frente do INSS. As paradas nos diferentes pontos e a caminhada pela cidade foi importante para explicar à população a grande violência que significa o conjunto das reformas aos trabalhadores, bem como a necessidade e enfrentá-las para derrubá-las nas ruas.

Professores e alunos da Escola Avelino, em Caraguatatuba, aderiram à greve. Professores e alunos fizeram um trabalho de panfletagem em frente à escola, localizada às margens da Rodovia Rio-Santos. Os alunos foram ameaçados pela polícia quando tentaram ocupar a Rodovia. Na frente da escola, do outro lado da Rio-Santos, existe uma delegacia policial, percebendo que poderia ter algum tipo de repressão policial, a vice-diretora ordenou que se trancassem os portões. Com essa atitude, a tarefeira e agente do governo evidenciou o seu caráter autoritário. Estudantes e militantes Corrente Proletária caminharam para o centro da cidade, panfletando e fazendo um breve balanço da ação, discutindo as limitações do movimento.

A greve Geral serviu para unificar as categorias de operários e trabalhadores dos diferentes setores. Elevou o nível de consciência destes trabalhadores, ainda que num nível muito aquém do necessário, devido ao momento de retrocesso histórico que vive o proletariado. Serviu ainda para tirar do imobilismo alguns sindicatos e suas burocracias que foram arrastados por suas bases e impôs na prática a unidade tão negada e combatida pelas direções pelegas.

Avaliamos que a greve geral na região só não foi mais forte e combativa porque vergonhosamente o sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos, Cargas e Anexos do Litoral Norte se negou a fazer uma assembleia para aderir à greve. Os pelegos se limitaram a colocar uma foto no site do sindicato falando da greve, porém, se recusaram a participar da mesma. Não chamaram a greve também os sindicatos dos servidores municipais de Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba. As direções destes sindicatos funcionam como um freio na contenção da luta. Diante dos ataques impostos, ficou mais que evidente que estes trabalhadores queriam lutar e defender seus direitos históricos pela via da greve. A classe operária precisa colocar para fora todo o seu poder de combatividade contra a burguesia e seus governos, mas também contra as traidoras e corrompidas burocracias sindicais, que agem como parasitas.

Por fim, não podemos deixar de destacar o papel da mídia burguesa que, ao longo do dia, tentou manipular as massas com mentiras, calúnias e difamações contra os sindicatos e os lutadores. Fez questão de acobertar a greve falando em “atos isolados com meia dúzia de militantes”. Atacou a CUT e demais centrais dizendo que o protesto era contra a perda do imposto sindical obrigatório tirado pela Reforma Trabalhista. Evidenciou a ação dos black blocs com o objetivo de criminalizar o movimento. Omitiu a violência policial que em todo Brasil prendeu e reprimiu duramente os trabalhadores.

## Milhares de manifestantes se concentraram no Largo da Batata

Vindos de várias regiões de São Paulo, os manifestantes foram aglomerando-se no Largo da Batata. Faixas de várias correntes de esquerda, dos movimentos populares, de sindicatos e centrais, como CUT, Intersindical e CSP-Conlutas, ocuparam o centro do Largo. O POR interveio com o Manifesto, suas bandeiras e uma faixa que foi fixada no alto de uma das pilstras.

A maioria era constituída de trabalhadores de classe média arruinada (professores, bancários, funcionários públicos e estudantes). Os movimentos populares e sindicais eram uma pequena parcela, se comparada com os milhares que estavam na praça. O sindicato das escolas particulares (Sinpro) compareceu organizado (camisetas na cor laranja) com palavras de ordem em defesa dos direitos. Nota-se que a parcela da classe operária que esteve nos piquetes e nos bloqueios da madrugada não compareceu ao ato centralizado. O que confirma a denúncia de que a burocracia da Força Sindical, CUT e aliados haviam dispensado os operários para que retornassem às suas casas.

Foram poucas as intervenções no carro de som. O objetivo da concentração era fazer uma marcha até a casa do golpista Temer. Os oradores foram do PT, CUT e MTST. Guilherme Boulos (MTST) fez um relato das atividades do movimento sem-teto na madrugada. Enfatizou que a greve geral foi vitoriosa e que foi a maior greve em 30 anos. Concluiu dizendo que os próximos passos dependiam de como os parlamentares vão se posicionar diante das reformas

depois dessa greve geral. Pelo PT, falaram Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann e Carlos Zaratini. Os petistas, depois de criticar as reformas, enfatizaram o projeto que apresentarão no Congresso Nacional de antecipação das eleições para outubro de 2017. Entre uma fala e outra, era entoada a bandeira de “Fora Temer”.

Em seguida, uma parcela dos manifestantes se dirigiu à casa de Temer, como havia proposto os organizadores do ato. A casa estava cercada de policiais. Os dirigentes da marcha recuaram e os black blocs procuraram quebrar o cerco policial. A reação foi violenta. Bombas e pancadarias foram respondidas com pedras por parte dos manifestantes. Enquanto isso, a marcha se dispersou e manifestantes perseguidos pelos policiais retornaram ao Largo da Batata, onde as bombas continuaram.

Como se vê, a concentração do Largo da Batata esteve sob a política do PT. O que significa submeter o movimento das ruas ao calendário de votação do Congresso Nacional. Nada foi marcado como continuidade da greve geral. Nos discursos, a tônica era “ocupar Brasília” no momento em que a reforma da previdência fosse votada. As bandeiras eram “Fora Temer” e “antecipação das eleições”. A marcha à casa de Temer tinha o objetivo de desgastar o governo golpista. A CSP-Conlutas cindiu o ato e se dirigiu à Av. Paulista. Lá, tentou organizar uma manifestação, mas não teve sucesso. Deixou o protesto do Largo da Batata sob total controle dos petistas e aliados, que realizaram todas as falas no carro de som.

## Caso Mateus Ferreira: mais um exemplo do ódio de classe da burguesia sobre os oprimidos

A Greve Geral do dia 28 de abril deu um golpe no governo Temer, mas ainda não o derrubou, nem as reformas da Previdência e Trabalhista. Temos um duro caminho a ser percorrido. Estes atos também revelaram que a burguesia e seus governos laicais, federal, estaduais e municipais, estão dispostos a silenciar os lutadores com balas, bombas, gás e cassetete na cabeça se for preciso.

É o que se passou na greve geral. O estudante e trabalhador Mateus Ferreira, 32 anos, está, no momento em que este texto está sendo escrito, na UTI em Goiânia, em estado grave. No ato de 28 de abril em Goiânia, convocado pela CUT, a polícia reprimiu duramente os estudantes e trabalhadores que participavam da manifestação. Muitos vídeos vêm mostrando a truculência policial e inclusive o momento exato em que um capitão da PM quebra o cassetete na cabeça de Mateus, enquanto ele fugia das bombas de gás, provocando um traumatismo craniano. Mateus Ferreira cursa Ciências Sociais na UFG, é militante das lutas dos oprimidos na cidade.

Diante do fato, não havia outra saída por parte do governo a não ser o afastamento do capitão da PM. Não se trata de um caso isolado, outros jovens foram agredidos e espancados, nesse dia, pela polícia. O governador do estado está calado. Temer está também em silêncio. A CUT, por sua vez, se limitou a uma nota de repúdio à ação da polícia.

Vivemos numa fase de decomposição do sistema capitalista, em que a barbárie se manifesta das mais diferentes formas – guerras em alguns países, chacinas em outros, extermínio da população pobre, dos negros, violência contra as mulheres, exploração da classe proletária, extermínio dos camponeses que lutam por sua terra, dos índios, e podemos ver tudo isso em um só dia. Não podemos deixar de desmascarar que o caso do Mateus reflete novamente a barbárie social. O silêncio é prática da burguesia para que os demais explo-

rados não se levantem de uma vez por todas contra este sistema.

A mão que golpeou Mateus é a mesma que decepou as mãos dos índios gamela em Viana (MA), é a mesma mão que mata os camponeses do MST, é a mesma que matou o jovem João Victor no Habibs em SP, é a mesma que espancou os imigrantes na Av. Paulista, é a mesma que encarcerou e condenou Rafael Braga, é a mesma que assina a reforma trabalhista e da previdência, é também a mesma que propõe que trabalhador do campo possa receber casa ou comida no lugar de salário. É a mesma mão que retira do nosso suor seu lucro todos os dias.

Essa mão é a mão da burguesia e dos seus governos. O proletariado precisa se levantar em defesa desses oprimidos. Todo apoio a Mateus Ferreira e demais lutadores. Liberdade aos presos políticos do MTST. Levantemos a bandeira do tribunal popular para julgar e punir os crimes da burguesia e de seu aparato militar contra os explorados. Só com nossas próprias mãos e nosso ódio, motor de nossa luta, poderemos livrar da opressão que sofremos todos os dias.

A resposta à repressão passa por ampliar a mobilização contra as reformas e contra o governo golpista. Passa também pela organização dos comitês de autodefesa dos oprimidos. Não se pode esperar nada da Justiça burguesa.

O proletariado precisa se colocar à frente da maioria nacional oprimida para atacar a raiz de toda forma de violência, que é o capitalismo. Os explorados necessitam colocar em pé uma poderosa frente única nacional sindical para defender os direitos, salários e empregos. E ligar a luta pelas reivindicações mais sentidas com a estratégia revolucionária do governo operário e camponês.

Sigamos a luta pelo Mateus, pelos índios Gamela, por Rafael Braga, por João Victor, pelos refugiados e por todos os demais oprimidos!

# A classe operária já mostrou sua capacidade de se impor perante a burguesia com a greve geral

## Greve geral de 1983

Foi a primeira greve geral desde o golpe militar de 1964. Milhares de metalúrgicos, petroleiros, bancários, professores ganharam as ruas no dia 21 de julho. Convocada pela Comissão Nacional pró-CUT e centenas de sindicatos, a greve geral marcou a luta para pôr abaixo a ditadura militar e seus planos de fome. Ocorreu um mês antes da fundação de Central Única dos Trabalhadores, 28 de agosto de 1983. Foi o resultado das combativas greves ocorridas no ABC nos anos de 1978 e 1979.

O general João Baptista de Figueiredo vinha impondo decretos, como o que retirava direitos do funcionalismo (abono de férias, auxílio alimentação e transporte, etc.). Ao mesmo tempo, aplicava a diretriz do imperialismo de privatização das empresas estatais. No início de julho (dia 5), os petroleiros da REPLAN entraram em greve. A repressão foi violenta: demissão de 153, intervenção no sindicato e cassação dos dirigentes. Em seguida, os petroleiros de Mataripe (Bahia) entraram em greve. A repressão foi dura: 215 demissões e intervenção no sindicato. Em resposta, o Sindicato dos metalúrgicos do ABC aprovou a greve contra a repressão e em apoio a luta dos petroleiros. Também sofreu a intervenção da ditadura militar e o exército foi para as ruas do ABC.

A greve geral era uma necessidade. O desemprego, o arrocho salarial, a inflação de mais de 100% ao ano e o custo de vida insuportável causavam revoltas da maioria da população. Sob ameaças, repressão e enorme campanha do governo ditatorial nos meios de comunicação contra as greves, criou-se um comando geral para convocar a greve geral.

No dia 21 de julho, o País parou. Estima-se que 3 milhões de trabalhadores foram à greve. Foi fundamental a luta dos petroleiros para a vitória da greve geral. O governo respondeu com mais repressão: 800 prisões só na Grande São Paulo. O movimento grevista foi um duro combate à ditadura militar, que já cambaleava.

## Duas outras greves, 1986 e 1987

A CUT e a CGT (que se opôs à fundação da CUT, constituída pelo PCB, PCdoB, MR-8) convocaram uma paralisação nacional, em dezembro de 1986, contra o Plano Cruzado que havia congelado salários e preços, que privatizava estatais e contra o pagamento da gigantesca dívida externa. A greve teve grande adesão no ABC e em várias capitais. Em agosto de 1987, outra paralisação ganhou projeção nacional, mas não atingiu o alcance da greve de 1986. Os trabalhadores sob o comando dessas duas centrais se colocaram contra o Plano Bresser, um violento ataque aos salários.

## A greve geral de 1989

Em 14 e 15 de março de 1989, ocorreu a greve geral de 48 horas. Foi um levante dos explorados contra o Plano Verão, que impunha mais demissões e manutenção dos salários de fome. Exigia a reposição salarial de acordo com a inflação, que era altíssima. Cerca de 35 milhões de trabalhadores aderiram à greve. Grandes manifestações tomaram as ruas das grandes capitais do País.

Poucos meses após a greve geral, o Partido Operário Revolucioná-

rio divulgou no Jornal Massas, nº 3, de novembro de 1989, um chamado à greve geral por tempo indeterminado, se opondo a demagogia eleitoral do PT e correntes de esquerda. Dizia: *“O correto é a luta de massa contra os capitalistas, seu governo e seu Estado. Seja qual for o presidente, está colocado: preparar a greve geral por tempo indeterminado! Arrebanhar com o arrocho e os planos antipopulares da burguesia! Pôr em pé o movimento de massa. Eis a bandeira de independência de classe! Romper com o eleitoralismo. Eis a tarefa política do momento! Convocar assembleias sindicais e formar os comitês pela greve geral. Eis o instrumento para a ação independente! Unificar as campanhas em curso. Eis a disposição de fortalecer a unidade operária! Ocupar terras, resistir e ampliar o movimento. Eis a arma camponesa para a reforma agrária! Organizar a luta anti-imperialista e anticapitalista. Eis a força para enfrentar a crise estrutural e os planos dos parasitas.*



**(1983) A greve geral era uma necessidade. O desemprego, o arrocho salarial, a inflação de mais de 100% ao ano e o custo de vida insuportável causavam revoltas da maioria da população.**

*Que nenhum trabalhador passe fome: salário mínimo vital nacional. Escala móvel de salário com reposição integral da inflação e pagamento semanal. Reposição de todas as perdas. Abono de emergência de 100%. Escala móvel de emprego. Que nenhum camponês fique sem terra para trabalhar. Expropriar todo o latifúndio sem indenização e controle camponês das terras. Que nenhum tostão mais vá para os imperialistas. Não pagamento da dívida externa. Rompimento de todos os acordos e expropriação dos monopólios. Que os operários se coloquem por gerir a economia. Controle operário da produção. Que se coloque a luta direta pelo poder. Estruturar a frente única anti-imperialista. Estabelecer a aliança operária e camponesa. Construir o partido revolucionário. Lutar pela revolução e ditadura proletárias”.*

## 1990 - greve das categorias em luta

Três centrais sindicais, CUT, CGT e CGTB, convocaram uma Greve Nacional das categorias em luta em 12 de junho de 1990. O protesto exigia a reposição mensal da inflação e das perdas salariais, fim das demissões, contrato coletivo de trabalho, desapropriação de terras cadastradas no INCRA, defesa dos serviços públicos e não pagamento da dívida externa.

## 1991- limitada greve geral contra o Plano Collor

Em janeiro de 1991, o Jornal Massas, nº 12, trazia na capa o seguinte chamado:

**“Abaixo o Plano II de Collor!**

**Organizar a greve geral por tempo indeterminado**

*Mais uma vez, o governo dos capitalistas, o Sr. Collor, decreta um choque econômico que atinge diretamente as condições elementares das massas assalariadas.*

*Mais uma vez se faz demagogia com o congelamento dos preços, quando o que se pretende congelar é apenas os salários.*

*Mais uma vez, o governo confisca parte dos ganhos das massas, utilizando do reajuste baseado na média inflacionária dos últimos 12 meses.*

*Mais uma vez, se impõe autoritariamente a chamada política da livre negociação, agora de 6 em 6 meses.*

*Mais uma vez, o governo ataca a economia nacional, aprofundando a recessão e com ela o desemprego massivo.*

*Mais uma vez, se pretende resolver a crise estrutural do capitalismo às custas da pobreza e com a arma da opressão social.*



*Mais uma vez, a política econômica protege o grande capital e o imperialismo, esmagando os assalariados.*

*A resposta proletária só pode ser uma: rechaçar o choque capitalista, organizar imediatamente a greve geral e se contrapor com as reivindicações: reposição de todas as perdas, salário mínimo vital com escala móvel, terra aos camponeses e aos sem-terra, expulsão do imperialismo e defesa das estatais, sob o controle operário da produção”.*

No mesmo Jornal, o POR dizia: *“O Plano Collor II pegou a CUT completamente desarmada para a luta. (...) A aceitação da CUT em participar do fracassado pacto social reforçou a linha de colaboração de classes. (...) Jair Meneguelli não se cansou de afirmar que não se tratava de organizar as massas para a luta e sim reforçar o processo de negociação no interior do parlamento. Esta posição é a responsável pela facilidade com que o governo Collor lança o novo choque. (...) Cabe às bases se levantar contra a direção capituladora da burocracia e exigir que a CUT chame as reuniões regionais para responder ao Plano II, preparando a greve geral e os comitês de luta.*

A centrais sindicais convocaram a greve geral de 48 horas para 22 e 23 de maio. Estima-se que 19 milhões de trabalhadores estiveram na greve. A greve acabou se limitando aos setores de transporte e serviços. A classe operária não foi preparada para a greve geral, o que foi um fator decisivo nesse movimento. Nas palavras de Jair Meneguelli, não se tratava de paralisação total das forças produtivas, mas um protesto contra a política de Collor. Está aí por que a greve só teve esse alcance em função da paralisação do setor de transportes. Pesou também a conduta da burocracia sindical metalúrgica de São Paulo. Medeiros, expressão dessa burocracia, havia se oposto à realização da greve.

O Jornal Massas, nº 15, de 25 de maio de 1991, trouxe um balanço da greve. Destacamos as seguintes passagens: *“A greve geral se limitou a 2 dias de manifestações (...) As indústrias trabalharam quase que normalmente. Quando a classe, que tem o papel dirigente na luta da nação oprimida, não sai à luta, torna-se inviável o sucesso da greve geral. Por mais que se paralisa os transportes e os serviços, se não se paralisa as forças produtivas em nível nacional, não se golpeia a fundo a burguesia e seu Estado. Não pode haver greve geral ativa se não se atrai a classe operária (...). Nesse sentido, tem grande responsabilidade pelo resultado da greve a direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC (...). Quando o principal pólo operário não adere à greve, já se delinea seu resultado de antemão. A postura de Vicentinho, que defendeu que a categoria não fosse à greve, mas que se limitasse a realizar atos de protestos nos dias 22 e 23 de maio (que depois foram cancelados), abriu caminho para que o ABC inteiro ignorasse o chamado à greve geral. (...) Não pode haver dúvida de que foram as direções as responsáveis pelo desfecho da greve. Da parte dos trabalhadores, havia uma enorme disposição de luta, um descontentamento generalizado com o desemprego e o arrocho salarial”.*

## **Greve geral de 1996, última greve até 28 de abril de 2017**

A greve geral foi deflagrada no dia 21 de junho. Foi organizada pela CUT, Força Sindical e CGT e tinha como principais reivindicações emprego, salário, aposentadoria digna, reforma agrária e manutenção dos direitos sociais dos trabalhadores. Cerca de 12 milhões de trabalhadores pararam contra as medidas de Fernando Henrique Cardoso de privatização e eliminação de direitos, a exemplo das aposentadorias.

O jornal Massas, nº 113, de junho de 1996, trouxe na capa o chamado: **Organizemos a greve geral**. Em seguida, apresentou um plano de reivindicações de 11 pontos: *“1) imediata implantação do salário mínimo vital; 2) reposição de todas as perdas; 3) fim da política salarial de congelamento anual e implantação da escala móvel de reajuste; 4) fim das demissões e estabilidade no emprego; 5) redução da jornada de trabalho para 6 horas, sem redução salarial (implantação da escala móvel das horas de trabalho); 6) reforma agrária. Entrega das terras aos camponeses pobres e fim dos latifúndios; 7) fim dos assassinatos de trabalhadores e chacinas. Punição aos crimes de*

*classe da burguesia contra os explorados; 8) fim da destruição das conquistas sociais, como a previdência e direitos trabalhistas; 9) fim das desestatizações, reestatização das estatais já privatizadas em defesa do estatismo sob o controle dos trabalhadores; 10) não pagamento da dívida externa e rompimento de todo acordo com o imperialismo; 11) controle operário da produção”.*

O POR dizia que essas reivindicações eram o ponto de partida para as massas, sob a direção da classe operária, desenvolver as tarefas estratégicas de luta por um governo operário e camponês. Afirmava que a greve geral era para derrotar o governo. Criticava a convocação de greve geral da CUT e Força Sindical, que estava sob as bandeiras de redução das taxas de juros e sob reivindicações genéricas, como a do emprego. Também denunciava a conduta das centrais sindicais que reivindicavam abertura de negociação com o governo de Fernando Henrique Cardoso e diziam que não se tratava de confrontar os explorados com os exploradores. Mediante essa política, não convocaram assembleias na maioria dos sindicatos, não organizaram os comitês de base e não marcaram nenhuma manifestação de massa no dia da greve geral.

Este mesmo jornal Massas traz um relato dos operários nas fábricas, que perguntavam: Como vai ser a paralisação? Será que todos se unirão? Virá alguém aqui parar a fábrica? Portanto, são perguntas que demonstram a disposição de luta e ao mesmo tempo o quanto estavam desorganizados para a greve geral. O que mostra que os trabalhadores não estavam pela conciliação de classes.

É importante ressaltar que a Força Sindical, sob a direção política de Medeiros, queria uma greve em comum acordo com os capitalistas descontentes com a política do governo. Formalmente, a CUT se manifestava contrária à posição da Força Sindical. A unidade entre as centrais estava em torno de pressionar Fernando Henrique. O POR combateu essa conduta das burocracias e defendeu o conteúdo classista da greve geral. Uma greve geral por tempo indeterminado para derrotar a política de fome e o entreguismo pró-imperialista do governo.

O jornal Massas, nº 114, julho de 1996, fez um balanço da greve geral. Com o título: **Fracassou a greve geral?** O POR mostrou que paralisaram 12 milhões de trabalhadores. Foi significativa diante das condições de como foi organizada a greve. Os operários não viam o empenho das direções sindicais. Mesmo os que não paralisassem não quer dizer que estavam contra a greve geral. Os poucos piquetes ocorridos no dia da greve se limitaram a paralisar os ônibus e não as fábricas, à exceção do ABC, onde a burocracia não poderia mostrar o fracasso do movimento. O governo, como não poderia deixar de ser, avaliou a greve como um fracasso. As ameaças de demissões, o corte de salários, etc, foram intensos. Mas é fundamental mostrar que a greve, mesmo parcial, expressou o rechaço ao desemprego, a fome e a eliminação de direitos sociais. O balanço conclui: *“A burocracia sindical pôs confiança no êxito da greve a partir da avaliação de que parte da burguesia estava de acordo com ela. (...) É verdade que alguns patrões dispensaram os operários acertando uma compensação. Isso ocorreu nos metalúrgicos, têxteis, etc. Porém, a greve geral não dependeu desse fato. Dependeu do descontentamento das massas. A burocracia é que pretendeu criar a dependência da greve geral com o descontentamento de frações capitalistas com seu próprio governo. (...) Por isso, a greve geral não foi convocada sob reivindicações claras, não foi dirigida contra o governo (...) Isso explica a forma passiva na organização e na convocação (...). Os sindicatos dirigidos pelas esquerdas padeceram do mesmo mal, como Correios (PSTU), Frios (Causa Operária), etc. (...) Esperava-se que tais sindicatos se distinguem por uma ampla propaganda e agitação e organização (...) Revelaram-se acanhados e passivos (...). A ausência de uma fração revolucionária impossibilitou que as bases pudessem rejeitar a linha conciliadora da burocracia e expressar suas reais tendências de luta. (...) Avulta a necessidade de superá-la construindo o Partido Operário Revolucionário”.*

# Primeira greve geral no Brasil

Em 10 de junho de 1917, completará cem anos da greve geral de 1917, que ocorreu em São Paulo. Foi a primeira greve geral organizada pela classe operária e que repercutiu nacionalmente.

No início do século XX, quando a indústria começa a ser introduzida no Brasil, a classe operária ainda era muito incipiente. Contava com poucas indústrias e estas estavam espalhadas pelo interior e poucas na capital. A principal era a têxtil, que concentrava parte do operariado. Estes, de maioria italiana, moravam em condições desumanas em bairros operários no centro da cidade de São Paulo.

A classe operária desde cedo teve de se confrontar com os patrões, o governo e a repressão policial. As condições de vida impostas pelos proprietários das indústrias eram muito duras: jornada de trabalho extensa, abusivo uso do trabalho infantil e feminino, precárias condições de moradia, elevado custo de vida (principalmente a alimentação e os aluguéis), ausência de qualquer legislação trabalhista de proteção, etc. Por isso, logo teve de constituir organismos independentes para se proteger da exploração intensa e dos abusos dos patrões. Formaram associações de cooperação operárias, caixas beneficentes, de socorro mútuo.

Sob a influência da concepção anarquista de sindicato, trazida pelos imigrantes italianos, que eram majoritários na formação inicial da classe operária no Brasil, utilizavam-se de seus métodos próprios, que eram as greves, os boicotes, os bloqueios, etc.

Os patrões, por outro lado, contavam com a colaboração dos governos, que intensificavam a repressão sempre que os movimentos se levantavam para reivindicar melhorias em suas condições de vida. Durante toda a fase da chamada República Velha (1889-1930), os assassinatos de camponeses (Canudos e Contestado), dos proletários dos bairros pobres das cidades (Revolta da Vacina e da Chibata) foram patrocinados pelos governos, com vistas a conter a fúria da luta de classes. No entanto, foi com a organização da classe operária que os patrões e os governos começaram a se preocupar. Inúmeras leis de exceção foram editadas, como a Lei Adolfo Gordo, em 1907, que previa a deportação de imigrantes ligados aos movimentos. Tudo isso para conter o avanço do movimento operário.

Após a Primeira Guerra Mundial, quando as indústrias europeias estavam voltadas para a produção da guerra, o Brasil começa a intensificar sua indústria e concentrá-la nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Consequência disso foi a concentração operária nestas cidades e a estruturação de sua organização de luta, os



*A classe operária desde cedo teve de se confrontar com os patrões, o governo e a repressão policial. As condições de vida impostas pelos proprietários das indústrias eram muito duras: jornada de trabalho extensa, abusivo uso do trabalho infantil e feminino, precárias condições de moradia, elevado custo de vida (principalmente a alimentação e os aluguéis), ausência de qualquer legislação trabalhista de proteção, etc. Por isso, logo teve de constituir organismos independentes para se proteger da exploração intensa e dos abusos dos patrões. Formaram associações de cooperação operárias, caixas beneficentes, de socorro mútuo.*

sindicatos. Em decorrência da guerra, os gêneros de primeira necessidade e os aluguéis encareceram, chegando ao ponto de consumir parte significativa dos salários dos operários (a alimentação consumia mais de 70% dos salários e os aluguéis outra parte). Neste momento, o movimento sindical em ascensão reivindicava melhores condições de trabalho e salários.

## A greve geral de 1917

O início do movimento se dá quando os operários do Cotonifício Crespi, em 10 de junho de 1917, no bairro da Móca, reivindicam o aumento de 25% sobre seus salários que é prontamente negado pelo patrão. Este ameaça fechar a fábrica até que os grevistas retornassem ao trabalho. Solidariamente, outras fábricas aderiram ao movimento, fazendo com que a cidade atravessasse um intenso período de agitação política que paralisou suas principais atividades econômicas. A cidade ficou por dias sob o controle da classe operária.

Foi através da formação do Comitê de Defesa Proletária, organismo de centralização do movimento e de suas reivindicações, que os operários enfrentaram a burguesia industrial da cidade de São Paulo. Reivindicavam a jornada de 8 horas, a redução dos alu-

guéis, o respeito ao direito de organização, a regulamentação do trabalho das mulheres e crianças, aumento salarial de 35% para os salários inferiores a 5 mil réis e 25% para os demais.

Durante todo o mês de julho, ocorreram inúmeros embates entre os operários e a polícia. Muitos tombaram. No dia 10 de julho, o operário da indústria têxtil Mariângela, Antônio Martinez, foi assassinado pela polícia. O enterro de Martinez transformou-se numa grande mobilização de protesto. Os bairros do Brás, Lapa, Móca, Cambuci, Bom Retiro, Barra Funda e cidades do interior do estado, como Campinas e Ribeirão Preto, foram palco de conflitos entre soldados e operários. Aproximadamente 75 mil operários participaram da greve, numa mobilização bastante expressiva para a época.

Em 14 de julho, intermediado por uma comissão de jornalistas, foi assinado o acordo de fim da greve geral. Os patrões concordaram em elevar em 20% os salários, não dispensar nenhum grevista, pagar quinzenalmente, conceder a jornada de oito horas de trabalho, etc. No dia 17 de julho, o Comitê de Defesa Proletária concordou com os termos do acordo e iniciou o fim da greve. Patrões e governo tiveram de se curvar diante de todas as exigências dos grevistas. No dia 18 de julho, em três comícios gigantescos e ao som da "Internacional", os operários comemoravam a vitória. A greve geral de São Paulo assinalou o início de um período de ascensão do movimento operário.

# Viva a greve geral de 28 de abril!

## Abaixo as reformas antinacional e antipopular de Temer!

*Ou derrubamos as reformas da previdência e trabalhista, ou pagaremos caro com nossas vidas e a de nossas famílias. Ou enterramos as reformas antinacional e antipopular do governo golpista, do Congresso Nacional e da burguesia, ou o capital estrangeiro se apossará ainda mais da economia brasileira. Ou derrotamos a política de reformas do governo Temer, ou a classe operária, a classe média urbana empobrecida, os pequenos camponeses e a juventude serão sacrificados. Ou enfrentamos o governo e os exploradores com greves, manifestações, bloqueios e com todos os meios da ação direta coletiva, ou a ditadura de classe da burguesia esmagará a maioria nacional oprimida. Essa é a situação em que se encontra o País e a imensa população trabalhadora.*

Estamos mais do que atrasados em nossa união, a união de todos os explorados, dos pobres e dos miseráveis. Uma poderosa greve geral mostrará como de fato o Brasil está dividido. De um lado, estão os banqueiros, os industriais, os latifundiários, os grandes comerciantes, seus governos, seu Congresso Nacional e seus partidos. De outro, os operários, os camponeses e a classe média urbana pobre. De um lado, estão os exploradores que querem ferrar com nossa aposentadoria e com nossos direitos trabalhistas. De outro, os explorados que se matam de trabalhar por um salário de fome, que vivem açoitados pelas demissões e sofrem com o desemprego. De um lado, os ricos que ficam cada vez mais ricos. De outro, os pobres cada vez mais pobres. *Trabalhadores, vamos unidos à greve geral! Vamos defender nossa aposentadoria! Vamos defender nossos direitos trabalhistas!*

O governo golpista de Temer mente. Diz que aumentará a idade e o tempo de contribuição para o trabalhador se aposentar porque assim garantirá o pagamento da aposentadoria. A verdade é que produzimos em nossas vidas riquezas capazes de nos aposentar várias vezes. Os capitalistas que nos exploram lucram imensamente com o que produzimos coletivamente. Quantos de nós poderão se aposentar? Muitos amargam o desemprego. Temos nossos empregos interrompidos de quando em quando. Não temos estabilidade. Hoje, recebemos um mísero salário. Amanhã, estamos desempregados. O que acontece com os treze milhões e quinhentos mil desempregados de hoje? Amanhã, seremos um exército de desempregados ainda maior. Temos de dizer: GREVE GERAL EM DEFESA DA APOSENTADORIA. Lutamos por uma idade mínima menor e um tempo menor de contribuição.

O governo golpista de Temer mente. Diz que com a terceirização, com os contratos de trabalho precarizados, com a possibilidade dos patrões reduzirem a jornada reduzindo os salários, com os contratos por tempo de trabalho determinado e com a maior facilidade de demitir seriam abertos novos empregos. A verdade é que os exploradores ficarão livres de leis para fazer o que bem entender com nosso contrato de

trabalho. Está aí por que a reforma trabalhista acaba com o contrato coletivo de trabalho e cria os contratos individualizados. Cada patrão poderá decidir sobre nossa jornada, nossos salários e nossos direitos. Hoje, nenhum patrão isolado pode violar a lei geral trabalhista. Com a reforma trabalhista, O ACORDADO PREVALECERÁ SOBRE O LEGISLADO. Isso quer dizer que os patrões e a direção do sindicato podem fazer um acordo que passa por cima de qualquer lei geral. Ficaremos inteiramente nas mãos dos exploradores e das direções sindicais corrompidas. Temos, portanto, de dizer: GREVE GERAL PARA ENTERRAR AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA.

O governo Temer e o Congresso Nacional ocultam a verdade. Os partidos da burguesia deram um golpe de Estado e derubaram o governo de Dilma Rousseff. Disseram que foi para combater a corrupção, para moralizar o País e para cumprir as leis. Mentiram para o povo. Colocaram Temer na presidência para impor as malditas reformas e medidas: Lei do Teto, reforma do ensino médio, reforma da previdência, reforma trabalhista, lei que permite os capitalistas estrangeiros comprarem livremente terras no Brasil, lei que dá mais poder às multinacionais do petróleo, lei que entrega o sistema de aviação ao capital estrangeiro e avanços nas privatizações de aeroportos e portos.

O governo Temer e o Congresso Nacional escondem que a reforma da previdência serve para cortar gastos com a aposentadoria e, assim, economizar recursos para pagar juros aos banqueiros que sangram o Tesouro nacional. A gigantesca dívida pública é colocada acima das necessidades da população, acima dos salários, dos empregos, da aposentadoria, da saúde, da educação e da moradia. Basta não pagar a dívida pública para que o Tesouro economize o suficiente para atender as necessidades mais elementares dos explorados. Não por acaso, grandes empresas devem R\$ 400 bilhões ao INSS e não pagam. Trabalhadores, o governo dos capitalistas só pode proteger os capitalistas. Por isso, descarregam a crise sobre nossos ombros. Na nossa greve geral, dizemos: NÃO VAMOS NOS SACRIFICAR PARA PAGAR A DÍVIDA PÚBLICA.

Estamos diante de um governo ditatorial, que juntamente com um Congresso Nacional corrupto, está impondo em tempo recorde mudanças antinacionais e antipopulares ao País e à maioria oprimida. Nem mesmo as centrais e sindicalistas que apoiaram o golpe foram ouvidos. As reformas estão sendo impingidas por cima da população, contra a vontade da maioria. Somente com uma GREVE POR TEMPO INDETERMINADO E COM GRANDES MANIFESTAÇÕES DERRUBAREMOS DEFININATIVAMENTE AS MALDITAS REFORMAS DE TEMER, DO CONGRESSO NACIONAL E

***Estamos mais do que atrasados em nossa união, a união de todos os explorados, dos pobres e dos miseráveis. Uma poderosa greve geral mostrará como de fato o Brasil está dividido. De um lado, estão os banqueiros, os industriais, os latifundiários, os grandes comerciantes, seus governos, seu Congresso Nacional e seus partidos. De outro, os operários, os camponeses e a classe média urbana pobre.***



DA BURGUESIA. Paramos o País no dia 28 e mostramos ao governo que unidos somos capazes de pôr em pé uma greve geral por tempo indeterminado. Não vamos permitir que a ditadura civil de Temer enfie garganta abaixo dos assalariados e dos camponeses pobres as reformas capitalistas! Não vamos permitir que o Congresso Nacional da oligarquia burguesa desgrace nossas vidas!

Não podemos nesta luta deixar de denunciar e rechaçar a chacina dos camponeses no Mato Grosso e o assassinato do líder do MST Silvino Nunes Gouveia em Minas Gerais. Os latifundiários, grileiros, madeireiros e garimpeiros são parte da burguesia. Continuam enfrentando os sem-terra com terror, chacinas e assassinatos de dirigentes do movimento. Viva a

luta dos camponeses pela terra! Organizemos a aliança operária e camponesa! Lutemos para pôr abaixo o capitalismo bárbaro. Lutemos por um governo operário e camponês!

Toda força à greve geral!

Se o governo e o Congresso Nacional não nos atenderem e não pararem com as reformas, marchemos rumo à GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO.

Vamos parar o País e exigir das centrais sindicais e sindicatos seriedade e fidelidade absolutas com nossas reivindicações e com nosso movimento unitário.

Viva a luta unitária dos operários, dos camponeses, de todos explorados e da juventude, oprimidos pelo capitalismo que apodrece e nos leva à barbárie social.

## POR realiza ato de preparação do dia 1º de Maio

No domingo, 30 de abril, reunimos na sede do partido em São Paulo a militância e simpatizantes para discutir e organizar a participação no 1º de Maio. Com antecedência, defendemos que obrigatoriamente neste ano deveria ser unificado. Estava e está em andamento a luta pela derrubada das reformas de Temer. Antecederam ao 1º de Maio as manifestações de 15 de março e a greve geral de 28 de abril. Era natural e imprescindível que as centrais, os sindicatos e as forças políticas que convocaram e organizaram o movimento nacional mantivessem a unidade dos explorados. Haveria de se montar uma tribuna operária democrática. As bandeiras seriam “Abaixo as reformas antinacional e antipopular”, “Fim da terceirização”, “Não às reformas da previdência e trabalhista”.

Empunhando essas reivindicações, o 1º de Maio organizaria os explorados para novas manifestações e greve geral. As massas presentes voltariam ao trabalho com a orientação e o objetivo de dobrarem os esforços para um embate mais amplo, coeso e duradouro com o governo golpista e com o Congresso Nacional lacaios. Estava claro, porém, que as frações burocráticas, principalmente as duas que comandam a CUT e a Força Sindical, manteriam a velha divisão. O 1º de Maio não seria a continuidade da greve geral. Não seria um instrumento de ampliação social, afirmação do movimento e projeção dos combates que virão, caso essa mesma burocracia não arrebe a frente única das massas.

Não temos dúvida de que um potente 1º de Maio unitário, classista e concentrado na tarefa de derrotar a ofensiva da burguesia mostraria ao governo e seus lacaios do parlamento que a classe operária estava pronta para dar continuidade à greve geral. O contrário indicaria a disposição dos burocratas de arrefecer o movimento. Prevaleceu o sinal da conciliação de classes.

A Força Sindical levou para o seu palanque representantes da mais reacionária política burguesa. Chegou a convidar o prefeito de São Paulo, João Dória, que fez uma campanha ostensiva contra a greve, com ameaças, impropérios e difamações. O deputado Paulinho exortou Temer a abrir negociações com as centrais, acenando o desmonte da luta. A CUT fez campanha eleitoral e aproveitou para erguer a bandeira de eleições antecipadas.

Estava claro que o 1º de Maio da burocracia seria assim. Mas

nem por isso o POR deixou de mostrar o caminho correto. Essa posição foi reafirmada no Ato de preparação do dia 30. A luta contra o divisionismo, o corporativismo e a submissão das organizações operárias à política burguesa se torna mais clara nos momentos de choque das massas com os exploradores e seu governo.

Preparamos para comparecer no Ato de 1º de Maio das esquerdas na Praça da Sé, que anos a fio vem resistindo à colaboração de classes, ainda que limitadamente e pouco influente. Esse conteúdo foi discutido. A greve geral tomou boa parte das apresentações. Iniciaram-se com os informes e descrições. Aos poucos, se constituiu um retrato da intervenção ativa do partido no seio do movimento. Entre as considerações, se destacaram a disposição de luta dos operários e a firmeza com que as mulheres assumiram um lugar de vanguarda na organização dos bloqueios.

Encerrada a avaliação do dia 28, passou-se a uma exposição sobre a greve geral de 1917. Foi o primeiro ensaio geral do proletariado brasileiro. O movimento se desencadeou em defesa dos salários, da jornada de 8 horas, da defesa da mulher e das crianças. Ganhou força diante da brutal repressão. A constituição do Comitê de Defesa Operária foi um marco na organização centralizada dos explorados. O objetivo da discussão foi o de mostrar a conexão histórica do movimento operário presente com o passado. Na discussão, outros camaradas recorreram aos exemplos das greves gerais dos anos 80, após o fim da ditadura militar.

O Ato havia se iniciado com um breve relato sobre o surgimento do Dia Internacional dos Trabalhadores em 1891, aprovado pelo Congresso da II Internacional Socialista, realizado entre os dias 16 e 21 de setembro. Essa decisão se deveu à sangrenta repressão aos operários de Chicago, Estados Unidos, em razão da greve iniciada no dia 1º de maio de 1886. E, também, à posterior condenação à morte por enforcamento de 6 dirigentes. Concluiu com a leitura dos nomes de August Spies, Adolph Fischer, Louis Lingg, Georg Engel, Michel Schwab e Albert Parsons. Foi dado um viva aos mártires da classe operária. Uma camarada leu o manifesto do 1º de Maio do POR. E um camarada fez a saudação final afirmando as convicções classistas e revolucionárias dos marxista-leninista-trotskistas. Viva o 1º de Maio Operário, socialista e internacionalista! Viva a revolução proletária!

**1º de Maio na Praça da Sé****Luta pela independência de classe dos explorados**

O Partido Operário Revolucionário participou do ato da Praça da Sé. Este ano tinha todas as condições de se realizar um grande ato unificado. Dois dias antes, os trabalhadores foram a greve geral contra as reformas da previdência e trabalhista do governo Temer. O 1º de Maio deveria ter sido a continuidade da greve geral. As burocracias sindicais da CUT e Força Sindical mantiveram os atos divididos e com o caráter festivo, shows, sorteios de carro, etc. Esta é a demonstração de que é a burocracia quem fragmenta a classe operária e os explorados em geral. O POR fez, um mês antes, um chamado às direções sindicais e à vanguarda por um 1º de Maio unificado contra o governo golpista e suas reformas. No entanto, a burocracia manteve o divisionismo.

Participaram do 1º de Maio da Sé a Pastoral Operária, CSP-Conlutas, Intersindical, movimentos populares, PSTU, MAIS, PSOL, PCB e o POR. A Pastoral Operária utilizou o ato para lembrar a participação de Waldemir Rossi nas lutas sindicais. O representante da CSP-Conlutas falou da vitória da greve geral e defendeu que as centrais se colocassem por uma greve de dois dias. Um dos oradores do movimento Moquibom (vinculado à Conlutas) denunciou o ataque de jagunços, a mando dos latifundiários, contra indígenas do povo Gamella, no Maranhão. Como resultado do ataque, 5 indígenas foram baleados e outros tiveram partes do corpo decepadas. E exigiu punição aos latifundiários.

Pelos partidos, houve a intervenção do MAIS, que ressaltou a importância da greve geral. Enfatizou que só foi possível a greve porque houve a unidade e que essa frente única deve continuar. Denunciou que havia três militantes do MTST que continuavam presos e que foram indiciados criminalmente. E que o estudante de Goiás foi duramente atingido pelo polícia e se encontrava entre a vida e a morte. Encerrou que é preciso construir uma frente de esquerda socialista para as eleições. O PSTU saudou a luta internacional do 1º de Maio, referindo-se aos Estados Unidos e Argentina. E lembrou os 100 anos da Revolução Russa e da 1ª greve geral de 1917 no Brasil e enfatizou a importância de se aprovar a greve, agora, por 48 horas. O PCB também se referiu à greve geral de 1917 e a vitória do dia 28 de abril, que contou com a “centralidade” dos trabalhadores na luta. Pelo PSOL, falaram dois parlamentares. Que reforçaram a posição de que é preciso pressionar os deputados, caçá-los em todos os lugares e denunciar todos que estão pelas reformas do governo Temer.

O POR iniciou mostrando que o 1º de Maio nasceu do sangue da classe operária, que lutava duramente pela implantação da jornada diária de oito horas de trabalho. Denunciou a burocracia que



arrasta os explorados para um 1º de Maio em festas, patrocinado pelos capitalistas. Afirmou que a greve geral de 28 de abril foi vitoriosa, mas ainda não foi capaz de derrotar o governo golpista e suas reformas. Para isso, é preciso se colocar pela greve geral por tempo indeterminado. O que implica organizar e potenciar os comitês de luta nos bairros e locais de trabalho. Concluiu dizendo que o capitalismo impõe a fome, a miséria e a barbárie social por todos os lados. Não há como desvincular a luta contra as reformas dos governos da luta para pôr em pé a estratégia de poder da classe operária, que é a do governo operário e camponês, que será fruto da insurreição das massas oprimidas.

O POR atuou com um manifesto, suas bandeiras e com a divulgação dos livros, folhetos e jornais do partido. Durante o ato, gritou palavras de ordem como: greve geral por tempo indeterminado para derrotar o governo golpista e suas reformas.

**Conclusão**

O 1º de Maio da Sé apesar de pequeno expressou a continuidade da luta de 28 de abril. Embora o tom não fosse o da defesa da greve geral por tempo indeterminado e sim da greve por 48 horas e de “ocupar Brasília”, no momento de votação da reforma da previdência, reuniu uma vanguarda disposta a continuar na luta para derrubar as reformas. Cabe, no entanto, dizer que faltou empenho das correntes de esquerda em convocar com determinação o 1º de Maio da Sé. Sequer houve compreensão da militância de que esse ato representava a continuidade da greve geral.

**1º de Maio unificado em Recife**

O ato na Praça Osvaldo Cruz aos poucos foi agregando a vanguarda. O POR montou uma banca com seus materiais e distribuiu manifestos, com a defesa de um 1º de maio classista, internacionalista e socialista. O carro de som contou com a fala das centrais e cada uma delas abriu espaço para outras entidades. Convocaram o ato Força Sindical, NCST, CUT, CTB, CSP-Conlutas, Intersindical, UGT e as frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular.

A oposição Sindical da Adufepe teve sua fala garantida pela CSP-Conlutas, expressando o balanço da importância e força da

greve geral, da necessidade de continuar a construção da greve geral para derrotar as reformas da previdência, trabalhista e a lei de terceirização. Reafirmamos que se tratava de um dia de luta internacional, enfatizando o enfrentamento dos trabalhadores em todo o mundo com o imperialismo, seja nos Estados Unidos com o fascista Trump, seja na América Latina com os ataques dos governos pró-imperialistas, seja no Oriente Médio com o intervencionismo bélico. A marcha até o Derby contou com cerca de 2 mil participantes, que lá chegando se dispersaram.

## O 1º de Maio no mundo

O 1º de Maio é um dia mundial que comemora a luta do proletariado contra a opressão de classe. Seu cimento histórico é o sangue derramado pelo proletariado em sua luta por melhorar suas condições de vida. Sob a direção de Engels, a II Internacional o constitui como dia da memória dos mártires de Chicago e da luta da classe operária pela defesa de suas reivindicações comuns, objetivando assim potenciar sua organização e desenvolver sua estratégia revolucionária.

Esse conteúdo jamais será apagado. Sobrevive nas camadas mais profundas da consciência das massas e se põe diuturnamente de relevo em cada avanço do proletariado na luta de classes. As manifestações de 1º de Maio servem, nesse estrito sentido, para passar revista às fileiras proletárias, avaliar os passos dados no caminho da unidade classista e quais os avanços e os retrocessos que foram operados no objetivo de conquistar sua independência política e de construção de seus partidos revolucionários.

Essa tarefa tem sido assumida pelo POR. Em 2015 e 2016, mostramos como décadas de derrotas, de retrocessos nas conquistas revolucionárias e de desorganização tinham colaborado largamente à deformação do conteúdo e caráter do 1º de Maio. Entretanto, indicamos também que as leis históricas obrigavam o proletariado e demais oprimidos a superarem a rotina, as tradições reformistas e as derrotas, dando assim saltos em sua consciência e instinto revolucionário. Eis por que demos especial importância aos fatos que rasgam o véu festivo imposto pelas direções e destacam as reivindicações que defendem de fato as condições de vida das massas. Mas, indicamos que não bastava erguer as reivindicações elementares dos explorados se, ao mesmo tempo, não se forjava uma vanguarda em seu seio como expressão do programa da revolução e ditadura proletárias. O POR insiste em explicar, criticar e combater os atos esvaziados de qualquer referência revolucionária e marcados pelo democratismo.

Retomamos aqui essas considerações não apenas para estabelecer os elos de continuidade entre os atos de cada ano, quanto, fundamentalmente, para analisar quais tendências têm ganhado força na atual conjuntura.

Segundo as informações de que dispomos, tudo indica que o aspecto mais relevante das manifestações deste ano é que, em sua maioria, setores importantes da classe operária têm se chocado com as direções venais e vendidas. Evidentemente, o divisionismo continua a vigorar e ganhou novas proporções. Porém, desta vez se destacou por expressar um processo de diferenciação interna no movimento operário entre as tendências combativas e classistas e as direções burocratizadas e pró-capitalistas - que se veem contestadas pelas bases e têm maiores dificuldades em conter a luta de classes. Enquanto os sindicatos estatizados e as burocracias venais realizaram atos mais ou menos abertamente em defesa dos governos ou de subordinação às disputas interburguesas, os sindicatos da oposição classista e combativa se colocaram no campo da unidade frentista e da independência política.

Os atos mais significativos de 1º de Maio na Europa expressaram essa tendência geral. Na Grécia, milhares de operários e assalariados, sob a direção dos sindicatos dos trabalhadores do setor privado (GSEE) e dos funcionários públicos (ADEDY), se mobilizaram até o Parlamento em rejeição aos novos planos de cortes e ajustes aprovados por Tsipras e em defesa dos direitos trabalhistas ameaçados pelas exigências da União Europeia (UE) e do FMI. O 1º de Maio não foi uma “festa”, mas um dia de luta

no marco de uma greve geral que se colocou por “*uma frente comum*” contra “*as medidas injustas que se preparam para votar e pôr em prática o governo*”. Na Espanha, o “sindicalismo combativo” mobilizou a parte da União Geral dos Trabalhadores-UGT (ligada ao PSOE), da Confederação Geral dos Trabalhadores-CGT (anarco-sindicalista) e da “independente” Comissões Operárias-CCOO (ligada ao Podemos). Reuniu sob suas bandeiras expressivas colunas operárias, populares e estudantis, que chamavam a combater “*o pacto social e as reformas trabalhistas*” e exortavam as direções majoritárias a romperem com a “*política de paz social*” do governo e a organizarem um plano nacional de luta e uma greve geral para barrar os ataques da burguesia. Na França, a Confederação Francesa de Trabalhadores (CFT), a Força Operária e a Federação Sindical Unitária ergueram as bandeiras em defesa dos empregos, de aumento salarial e contra as reformas trabalhista e previdenciária. Manifestaram-se ainda pelo rechaço aos dois candidatos burgueses que disputarão a presidência no segundo turno, em 7 de maio.

A América Latina, com suas particularidades, refletiu o mesmo processo. No México, as centrais e sindicatos classistas e opositores ao governo (a exemplo da Nova Central dos Trabalhadores-NCT, da UNAM, de telefonistas, dos professores do Sindicato Mexicano de Eletricistas-SME, dos funcionários e estudantes da Universidade Autónoma Metropolitana-UAM e do Instituto Politécnico Nacional-IPN) se mobilizaram contra as “reformas estruturais”, a precarização trabalhista e o aumento dos preços de energia elétrica. Assim como pelo aumento dos salários e pela liberdade aos presos políticos. Isso, enquanto o Congresso do Trabalho (governista) mobilizava ao Zócalo (praça principal da cidade de México) e realizava um ato festivo. No Chile, a marcha da Central Única de Trabalhadores (CUT), formada em sua maioria pelos partidos da base governista, teve, em contrapartida, uma gigantesca mobilização encabeçada pela União Classista de Trabalhadores (UCT), pelo Comitê de Iniciativa de Unidade Sindical (CIUS), pela União Geral de Trabalhadores (UGT), pelos sindicatos locais de operários da alimentação, dos correios, da Educação, dos motoristas e pelas inúmeras organizações populares (Coordenadora Metropolitana Não+AFP, direitos humanos, partidos de esquerda), sob a bandeira de “1º de maio classista”.

O mesmo se passou em grande parte da Ásia. Nas Filipinas, diversos sindicatos e milhares de trabalhadores e ativistas marcharam exigindo um aumento do salário mínimo (de 4,7 para 14,9 dólares), o fim dos contratos temporários, planos de moradias populares e benefícios sociais. No Camboja, dezenas de milhares de operários têxteis e fabris se mobilizaram exigindo aumento salarial, melhores condições trabalhistas e liberdade de reunião. Em Bangladesh, milhares de operários têxteis encabeçaram o 1º de Maio exigindo melhores condições salariais e trabalhistas. Na Tailândia, milhares se mobilizaram junto ao Comitê de Solidariedade e à Confederação de Trabalhadores das Empresas Públicas, exigindo melhorias nas condições de trabalho.

Destacou-se, dentre os atos, o realizado nos Estados Unidos que, após anos de paralisia, teve uma expressiva manifestação, frente à cadeia de lojas de fotografias B&H (Nova Iorque) em defesa dos 300 empregos ameaçados pelo fechamento de locais. Mas, também os atos em Cuba e Venezuela, que compareceram em defesa do nacional-reformismo e o castro-guevarismo.

Como se vê, o aspecto essencial do 1º de Maio foi o fato de que



os atos mostraram que não é possível conciliar as classes antagônicas e que as massas necessitam retomar as tradições e os métodos da luta de classes. Isso porque em toda parte, a burguesia ataca mais a fundo os salários, os empregos e antigas conquistas sociais. Não se trata de uma particularidade deste ou daquele país, mas de um fenômeno geral. Reflete a ofensiva reacionária da burguesia por equacionar a queda da taxa de lucros e de superprodução de valores ampliando a opressão social e nacional. O que exige da burguesia desmontar o “Estado de direito”, restringir as liberdades, destruir direitos e erguer governos autoritários e ditatoriais.

*Ou a classe operária desenvolve a luta unitária e derrota os capitalistas e seus governos e se projeta pela via da luta de classes, ou pagará caro tributo à sobrevivência do capitalismo apodrecido com a destruição de suas condições de existência e o alargamento da barbárie social.*

## Manifesto

# **Viva o 1º de Maio operário, socialista e internacionalista! Viva o 1º de Maio dirigido contra o governo golpista de Temer! Viva o 1º de Maio de luta contra as reformas capitalistas!**

*Trabalhadores e juventude oprimida, concentremos nossas forças para derrubar e enterrar as reformas antinacional e antipopular do governo golpista, do Congresso Nacional oligárquico e da burguesia servil ao imperialismo!*

A greve geral de 28 de abril golpeou o governo ditatorial e o Congresso corrupto. Mas não o derrotou. É preciso voltar à carga com muito mais força.

Temer e os partidos golpistas são meros agentes e canais do capital financeiro, das multinacionais e da agroindústria. A grande burguesia é quem dita as reformas trabalhista e da previdência. É quem ditou a PEC do Teto, a Lei da Terceirização, a reforma do ensino médio, a nova onda de privatizações e desnacionalizações. É quem está ditando a reacionária reforma política.

As mãos do governo e dos parlamentares seguem o comando do cérebro financeiro. É com esse poderoso inimigo de classe que nos confrontamos. É com os comandantes do capitalismo que a greve geral se chocou. É preciso evidenciar claramente que não enfrentamos apenas o governo e o Congresso Nacional. Enfrentamos a classe capitalista e sua força maior que é o imperialismo.

A missão do governo, do Congresso e do Judiciário que promoveram o golpe institucional é uma só, e bem definida: impor todas as medidas e “reformas”, que os governos anteriores não conseguiram realizar. Derrotar Temer é derrotar o capital financeiro. A burguesia como um todo segue seu comando. Derrotar o capital financeiro é afrontar o imperialismo.

A greve geral indicou que os explorados podem se erguer como uma força capaz de quebrar a ofensiva dos capitalistas. Mas também expôs nossas fragilidades. É baixo o nível de consciência classista e de coesão política do proletariado. Foram anos de desorganização, de ausência de resposta e de fragmentação do movimento operário. Os agentes da burguesia aproveitaram dessa fraqueza ideológica para combater a greve geral. O maior perigo dos grandes embates coletivos é evidenciar a luta de classes. É tornar claro que os explorados

## 1º de Maio

Essa é encruzilhada que esteve neste 1º de Maio. Observa-se que o processo de ruptura entre os setores mais radicalizados do proletariado com a burocracia sindical subserviente da burguesia assinala que existem condições objetivas para desenvolver a política revolucionária no seio das organizações de massas.

A crise capitalista mundial abriu uma brecha pela qual a vanguarda pode penetrar na classe operária mundial, romper os entraves das direções sindicais traidoras e transformar o instinto proletário em consciência política, integrando as lutas reivindicatórias ao programa das transformações socialistas. Diante do capitalismo em decomposição, é tarefa impostergável a edificação de poderosos partidos marxista-leninista-trotskistas e a concentração dos esforços internacionalistas em reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

estão em choque contra os exploradores.

O 1º de Maio seria naturalmente o estuário da caudalosa greve geral. Mas imperou o divisionismo da burocracia sindical. As massas em luta não puderam passar por cima das direções que se colocaram pela greve geral por distintos motivos particulares. Um 1º de Maio unitário, classista e concentrado na tarefa de derrubar e enterrar as reformas da burguesia daria impulso à luta de massa. Prepararia as condições para novas manifestações, para fortalecer a frente única e para se alcançar a greve geral por tempo indeterminado.

É preciso colocar desde já a próxima arremetida contra o governo e o Congresso Nacional. A aprovação da reforma trabalhista na Câmara Federal foi um importante passo contra a vida dos explorados. Demonstrou que estão pelo total desconhecimento da vontade da maioria oprimida.

As reformas são abominadas pela população, apesar de estar diariamente sob a cruzada dos noticiários e dos comentaristas propagandeando as mentiras do governo e de seus partidários. Esse é o fermento que obrigou as centrais e os sindicatos burocratizados a convocarem o dia 28. Esse é o fermento que atemoriza a burguesia.

O capital financeiro e o governo sabem que as massas estão pela bandeira “Abaixo as reformas trabalhista e da previdência”! O nível de consciência político é baixo, mas o instinto de preservação é alto. A luta das massas modifica a compreensão de classe do proletariado. Vamos preparar os novos passos da luta nacional. Convocar imediatamente assembleias, acionar os comitês e criar novos. Mobilizar as fábricas, os bairros pobres, as escolas e onde mais for necessário, mostrando a força da greve geral e afirmando a bandeira do movimento.

A burguesia vai até o fim para aprovar as malditas reformas. De nossa parte, devemos trabalhar intensamente para ir às últimas consequências em defesa da bandeira “Abaixo as reformas antinacional e antipopular de Temer, do Congresso Nacional e da burguesia.”!

Temer e seus lacaios do Congresso Nacional e da imprensa despejam a versão de que não houve greve geral. Que foi apenas

um protesto. Batem na tecla de que prevaleceu a “baderna”. É próprio da burguesia falsear, distorcer e mentir. O importante, porém, são os fatos. Os explorados estão pela derrubada das reformas. E avançarão caso sejam organizados e ganhem a confiança em suas próprias forças.

O 1º de Maio deve exigir que imediatamente as centrais, sindicatos, comitês e correntes de esquerda façam uma nova convocação, sem depender das manobras governamentais.

As manifestações de 15 de março e a greve geral de 28 abril colocaram os explorados brasileiros na arena internacional da luta de classes. Em toda a parte, a burguesia ataca antigos direitos trabalhistas. Há um movimento geral dos governos no sentido de baratear ainda mais a força de trabalho e impor maior produtividade. Não importa que o retrocesso social seja brutal. Não importa que a pobreza e a miséria retomem aos altos patamares históricos. O que importa é proteger os negócios e os lucros dos monopólios.

Os explorados brasileiros – e de qualquer parte do mundo – não enfrentam apenas a burguesia nacional. Ao reagirem às reformas capitalistas em nosso País, reagem contra o movimento internacional dos exploradores e saqueadores. O capital financeiro exige do governo e do Congresso Nacional que arrumem recurso para sustentar a dívida pública e garantir o pagamento da gigantesca carga de juros. Isso ocorre em todos os países semicoloniais endividados. Nos países de capitalismo avançado, as reformas também são ditadas pela necessidade do Estado sustentar o parasitismo do capital financeiro, que, por sua vez, se acha fundido com o capital industrial monopolista.

As respostas aos ataques dos exploradores devem ser apenas o ponto de partida da luta. Não podem se limitar à defesa imediata das reivindicações. Os explorados estão diante do capitalismo em decomposição e avanço da barbárie social. No seio dos movimentos de resistência, coloca-se a defesa do programa da revolução proletária. Os explorados darão um salto na consciência classista com a sua vanguarda lutando para que se organizem em torno do partido marxista. O que exige que a militância desenvolva o programa de expropriação revolucionária dos meios de produção, de libertação do País do domínio imperialista e de tomada do poder.

Ganha cada vez mais importância, diante da profunda crise política e decomposição dos partidos da burguesia, a explicação e defesa da estratégia revolucionária do proletariado, do governo operário e camponês e de sua ditadura de classe. As ilusões democráticas e o domínio ideológico da burguesia somente podem ser combatidos pela via do programa da revolução e do internacionalismo proletário.

Erguem-se como obstáculo os partidos que somente em palavras se colocam no campo do marxismo. Ficarão para trás. A luta de classes vem se agravando. Os ataques da burguesia lançados pelos governos, pelo Congresso Nacional e pelos partidos da ordem polarizam as classes e destacam o proletariado como a força revolucionária, ainda que se encontre profundamente controlado pela burocracia sindical. É o que a experiência vem expondo. Basta ver que nem a burguesia, nem o PT e seus aliados estavam verdadeira e espontaneamente pela greve geral.

As contradições econômicas, políticas e de classe empurraram as direções conciliadoras e reformistas a convocarem as massas para a luta nacional, geral e não corporativista. A gran-

de dificuldade é que a vanguarda está pouco desenvolvida no seio do proletariado. Em todas as lutas e em todos os lugares, é preciso trabalhar para pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskyista. E para enfrentar a tarefa de reconstrução da IV Internacional – o Partido Mundial da Revolução Socialista.

A luta pela derrocada do capitalismo putrefato, pela retomada das conquistas da Revolução Russa e de todas as revoluções proletárias e pela construção do socialismo se acha mais facilitada hoje do que ontem, quando havia a marcha ascendente da restauração capitalista e o capitalismo mundial aparentava uma certa estabilidade conjuntural.

O capitalismo da época imperialista é de decomposição e de transição histórica para o socialismo. Não faz muito que essa tese marxista-leninista-trotskyista parecia fora de tempo e lugar. Não é mais assim. As guerras de ocupação, a internacionalização das guerras civis e nacionais e o impulso ao intervencionismo militar estão na ordem do dia. Nenhuma força burguesa pode deter esse curso, apesar de ter como retardar esse movimento. As massas e as nações oprimidas, sob a direção do proletariado, podem avançar. Mas necessitam do programa e, conseqüentemente, de seus partidos revolucionários internacionalistas.

O 1º de Maio deve romper com qualquer estreiteza nacional. Deve voltar a suas raízes proletárias, socialistas e internacionalistas.

Neste exato momento, os Estados Unidos ameaçam a Coreia do Norte. Desconhecem as ponderações da Rússia e da China. Reforçam a intervenção na Síria e no Oriente Médio. Empurram a OTAN a posições militaristas. Desencadeiam, assim, uma ofensiva perigosa. Modificam os frágeis equilíbrios alcançados após a Segunda Guerra Mundial e a partilha do mundo.

Na América Latina, apoiam as tendências antidemocráticas e autoritárias das burguesias. Estão, neste momento, voltados a impulsionar mais ostensivamente a contrarrevolução na Venezuela. Estão por trás dos golpes institucionais no Paraguai e no Brasil. Revitalizam organismos intervencionistas, como a OEA. O imperialismo e as burguesias latino-americanas se preparam para impor à força as medidas antinacionais e antipopulares. Já deram início a essa marcha com o desmanche dos governos que se agarram no nacional-reformismo. Nem mesmo as caricaturas do nacionalismo podem ser aturadas. As potências correm a descarregar a desintegração do capitalismo mundial sobre as nações e povos oprimidos. Em nome do combate ao terrorismo e da necessidade de esmagar a jihad islâmica, os Estados Unidos realizam sua ofensiva militar-intervencionista.

O 1º de Maio tem o dever internacionalista de levantar a bandeira da autodeterminação dos povos e nações oprimidas, de armamento das massas para a defesa nacional contra o imperialismo, de expropriação dos monopólios, estatização do sistema financeiro, defesa do direito das nações oprimidas se armarem de acordo suas decisões internas e de combate a todo e qualquer intervencionismo das potências.

O 1º de Maio tem o dever internacionalista de condenar o social chovinismo e a xenofobia. O dever de levantar alto a bandeira de unidade mundial da classe operária. O dever de se colocar pela organização dos movimentos anti-imperialistas nos países semicoloniais, sob a direção da classe operária. O dever de se colocar pela revolução e internacionalismo proletário!

Viva o 1º de Maio operário, socialista e internacionalista!

**Chacina em Mato Grosso****Mais um exemplo de como os latifundiários combatem os camponeses pobres**

A Gleba de Taquaruçu do Norte, no município de Colniza, fica a 1.062 quilômetros de Cuiabá, Mato Grosso. Em uma região erma e de difícil acesso, cerca de cem famílias de camponeses montaram um acampamento. Recorreram a esse sacrificado caminho, à procura de sobrevivência. No dia 20 de abril, porém, homens encapuzados invadiram o local. A tiros e golpes de facão, assassinaram 9 sem-terra. Não é preciso descrever o requinte de crueldade como os capangas de fazendeiros da região arrancaram a vida dos acampados. Os explorados estão diante de mais um ato de terror dos exploradores. O horror não deve nos impressionar, mas servir de motivo para preparar a resistência à violência reacionária dos proprietários capitalistas, grileiros, madeireiros e garimpeiros.

A chacina de Colniza vem aumentar o rio de sangue derramado pelos camponeses que enfrentam a fúria dos latifundiários. O MST e CPT lembraram que, em 17 de abril de 1996, portanto, há 21 anos, 19 sem-terra, foram barbaramente atacados, em Eldorado dos Carajás, pela Polícia Militar do estado do Pará. Apurou-se que os policiais receberam de fazendeiros uma bolada para fazer o serviço. O governador Almir Gabriel autorizou o envio de 155 policiais, com a ordem de desobstruir a B55 a qualquer custo. Diante do assassinato em massa, Fernando Henrique Cardoso, então presidente da República, criou o Ministério da Reforma Agrária. A justiça reconheceu a responsabilidade do comandante coronel Mário Pantoja para dar uma mera satisfação a tamanha barbárie promovida pelo Estado burguês. Os policiais capangas não foram identificados, sob a alegação de que não foi possível identificar as armas. Vários camponeses foram executados a queima-bucha e outros morreram sob os golpes de foices e facões.

É preciso ainda lembrar que, em 9 de agosto de 1995, em Corumbiara, Rondônia, o acampamento da fazenda Santa Elina, que contava com 2.300 pessoas, muitas delas crianças, foi invadido às 3:30h da madrugada, quando os camponeses dormiam, por um batalhão de 194 policiais. A chacina deixou dez mortos, entre eles, uma criança. Sete desapareceram e nunca mais se soube do paradeiro. Ficou comprovado que capangas dos fazendeiros agiram ocultos entre os policiais. O massacre de Corumbiara, também sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo o governador de Rondônia Valdir Raupp, do PMDB, hoje senador da República, foi um aviso do que viria a acontecer em Eldorado dos Carajás.

Agora, em Colniza, no Mato Grosso, se retoma o caminho de sangue. Esse acontecimento mostra que a questão camponesa continua viva e acesa. Apesar dos retrocessos sentidos pelo



movimento camponês organizado, pelo avanço da produção agroindustrial e da consequente proletarização no campo, a classe camponesa, formada por milhões de pequenos e médios produtores, e uma multidão de sem-terra, continua sendo oprimida e seu choque com os latifundiários permanece.

É correto colocar no âmbito da luta camponesa a questão indígena, embora de forma particular. Neste preciso momento, as nacionalidades índias se manifestam em frente ao Congresso Nacional e contra o projeto de lei que fere de morte as demarcações de terras.

Uma das primeiras medidas do governo golpista de Temer foi a de tornar os assentamentos agrários em propriedade a ser paga pelo ocupante da terra. O destino dos milhões de hectares destinados à “reforma agrária”, por meio da desapropriação com indenização, será o de voltar para as mãos dos ricos fazendeiros ou dos capitalistas do agronegócio.

É tão grave a questão da terra que a burguesia nacional se mostra incapaz de resolver. Não por acaso, a desnacionalização do solo vem crescendo. O projeto de lei de Temer dá um salto, abrindo completamente o caminho para o capital imperialista. A tendência continua sendo a de acirramento dos conflitos entre os pequenos, médios produtores e os sem-terra com os grandes proprietários, bem como com a fração burguesa agroindustrial, da qual toma parte decisiva o capital imperialista.

Os movimentos agrários de camponeses e indígenas não têm como progredir e se defender da violência se não assumirem o programa que põe fim ao domínio da burguesia sobre os meios de produção. Esgotou-se a “reforma agrária” por desapropriação/indenização, traçada pelos governos burgueses desde o Estatuto da Terra concebido pela ditadura militar. É necessário se colocar pela expropriação revolucionária e nacionalização da terra. O que exige a organização da aliança operário e camponesa.

Diante das chacinas e dos assassinados de lideranças – em seguida à matança no estado do Mato Grosso, foi assassinado, em Minas Gerais, Silvino Nunes Golveia, liderança do MST –, os movimentos têm de preparar a autodefesa armada. As leis burguesas facultam os proprietários terem milícias e impedem o armamento dos explorados. Os fazendeiros que necessitam combater com as armas ajustam os pistoleiros. A polícia é um corpo armado do Estado que serve aos capitalistas. De forma que polícia, milícias e jagunços fazem parte de uma só força da reação latifundiária. Há que se organizar os comitês de autodefesa apoiando-se nas experiências das chacinas.



## Fazendeiros atacam os índios gamelas

# Opressão nacional

A nota inicial do Ministério da Justiça, segundo o Estado de São Paulo, dizia: 'o ocorrido envolvendo pequenos agricultores e supostos indígenas no povoado da Bahia seria averiguado. Depois, corrigiu retirando os supostos indígenas', informando que havia mandado a Polícia Federal a Viana, Maranhão, para averiguar o conflito no povoado.

Um bando de pistoleiros cercou os índios gamelas com tiros e golpes de facão, ferindo vários deles. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) denunciou 13 feridos. Três deles foram hospitalizados em São Luís do Maranhão, a pouco mais de duzentos quilômetros do local. O índio Aldeli Ribeiro, segundo o Cimi, foi baleado e teve as mãos decepadas.

O governador, que é do PCdoB estalinista, fez um outro relato menos sombrio. Em nota, afirmou que houve apenas 7 feridos e não 9, sendo 5 da etnia gamela e dois não indígenas, e que Aldeli não teve as mãos decepadas.

O que importa, no fundo, é a natureza do choque entre os indígenas e os fazendeiros. A maior ou menor gravidade diz respeito apenas às circunstâncias. Os gamelas são parte das nacionalidades índias que foram dizimadas pelos colonizadores. O que restou delas são coletividades que sobrevivem na penúria. É o caso dos gamelas no estado do Maranhão.

Pouco antes do ataque em Viana, várias etnias se confrontaram em Brasília com a polícia, quando protestavam contra o atraso de realizar as demarcações e contra o projeto de lei que acaba com os critérios de reconhecimento de territórios indígenas. O conflito dos indígenas com o Estado, com as políticas de governo e com os latifundiários, agroindústrias, madeireiros e empresas de garimpage expressam a existência da opressão nacional.

A burguesia e seus porta-vozes não reconhecem o que restou das etnias como sendo nacionalidades. As demarcações não resistem à invasão do agronegócio, do extrativismo e do processo de concentração de terras. E as coletividades que aguardam uma solução ao domínio da terra são iludidas por instituições de proteção aos índios e politiquieiros reformistas. Não nos são desconhecidos interesses estranhos forâneos, vestidos de bem feitoria de anjos da guarda.

A opressão sobre o que restou do genocídio histórico das nacionalidades índias é o mesmo que recai sobre os camponeses. Não há nada que separe a recente chacina no estado do Mato Grosso do brutal ataque aos gamelas no Maranhão. Trata-se da opressão exercida pela mesma classe capitalista e pelos mesmos motivos econômicos, sob o mesmo Estado. Evidentemente, nos ataques comparecem interesses particulares, perante os quais setores da burguesia podem discordar quanto ao método aplicado. Mas as investigações e por ventura alguma condenação de algum dos jagunços não mudam nada na essência da opressão nacional e na opressão de classe, que têm por base a disputa pela terra.

É preciso denunciar, condenar e lutar contra a violência da burguesia e de seu Estado contra as nacionalidades indígenas, bem como contra os camponeses. Mas não basta lutar por justiça. É preciso ir ao fundo do choque de classe, que rege as relações opressivas. Toda opressão é de classe, inclusive a nacional.



Os conflitos dos indígenas e camponeses com os fazendeiros se desenvolve em torno da propriedade da terra. O que parece óbvio, no entanto, oculta o fundamental, que precisa ser evidenciado. Não haverá solução favorável aos oprimidos pela via capitalista. Em outras palavras, pela via da propriedade privada dos meios de produção. As mãos ensanguentadas dos fazendeiros, dos jagunços e da polícia respondem à inevitável expansão das forças produtivas e da concentração da propriedade fundiária e da propriedade em geral.

A violência como os fazendeiros combatem os indígenas e camponeses, no fundo, é a mesma com que os capitalistas industriais e das finanças combatem a classe operária, com a diferença que o proletariado não luta pela propriedade privada, mas pela propriedade social. É inútil combater a violência pelos meios, métodos e política da própria burguesia, do seu Estado. Os explorados têm de procurar a resposta em suas próprias forças. Essas se encontram na luta de classes e no programa revolucionário.

A luta pela terra e pela preservação das nacionalidades indígenas deve partir da defesa da expropriação geral da grande propriedade, estatização e nacionalização. Esse fundamento econômico-social, que aparece como uma tarefa democrática não realizada pela burguesia, exige uma poderosa aliança das classes oprimidas, a aliança operária e camponesa. O conteúdo programático dessa aliança, que é a de cumprir a tarefa democrática de emancipação das nacionalidades indígenas e do campesinato, será materializado pela constituição do governo operário e camponês.

A revolução proletária no Brasil triunfará com a unidade da maioria nacional oprimida, que inclui necessariamente a grande massa da pequena-burguesia urbana (classe média) também oprimida.

Como responder imediatamente aos ataques contra os indígenas e camponeses? Essa é a pergunta que nos farão. Trata-se de mobilizar os indígenas de todas as nacionalidades, os camponeses e a classe operária para impor imediatamente a expropriação sem indenização das terras dos proprietários envolvidos nos ataques. E avançar na organização da aliança operária e camponesa. É importante para isso constituir a autodefesa. Sem que os explorados e oprimidos se lancem por esse caminho da luta de classes, os latifundiários imporão seus interesses a ferro, fogo e sangue.

## Assimilando o leninismo

# Lênin estrategista

No Massas 540, iniciamos a exposição sobre as “Cartas de Longe”. Esses escritos correspondem a cinco cartas, que abrangem o curto período de 7 a 26 de março (20 a 8 de abril) de 1917. A quinta carta ficou inacabada, provavelmente por ter sido escrita nas vésperas de sua partida. As cartas indicam que Lênin viu a necessidade de esclarecer a posição do Partido Operário Socialdemocrata Russo diante da constituição do governo burguês nascido da revolução de 1 de março (27 de fevereiro) de 1917. A distância não lhe impedia de ter clareza geral sobre os acontecimentos, que lhes chegavam por meio de telegramas e jornais da burguesia. Mas se ressentia das particularidades, sem as quais não poderia determinar o ritmo das transformações.

Demonstramos no comentário anterior dois aspectos importantes. Primeiro, o reconhecimento de que a revolução de 27 de fevereiro (1º de março) havia concluído, assumido o caráter burguês e aberto uma situação de transição para uma segunda revolução, em cuja base estavam os soviets, que se apresentavam como embrião de um governo operário. Segundo, que era necessário distinguir e separar a posição burguesa e a do proletariado diante da guerra imperialista. A clara definição desses pontos foi decisiva para os bolcheviques se colocarem na direção do movimento revolucionário, preparando as condições para unir os camponeses e os soldados em torno do proletariado. E assim chegar com segurança no momento preciso da tomada do poder pela insurreição armada. Sem essa posição programática e principista, fundamentada nos acontecimentos internacionais e da Rússia, não seria possível a Lênin travar o combate contra o conjunto das forças que se colocavam por apoiar o governo burguês de Guchkov e Miliukov. Luta essa que também teve de ser desenvolvida na direção do próprio partido bolchevique.

Enfatizemos a conclusão da 1ª Carta: *“Aquele que diz que os operários devem apoiar o novo governo em razão da luta contra a reação czarista (e aparentemente isto foi dito pelos Potrésov, pelos Gvózdiev, pelos Chjenkeli e também Chjeídze, apesar de sua ambiguidade) trai os operários, trai a causa do proletariado, a causa da paz e da liberdade”*. Estava claro, para Lênin, que se tratava de um governo submisso ao capital imperialista, que tinha interesse em promover anexações e que já havia indicado a disposição de restaurar a monarquia. O apoio a tal governo liquidaria os soviets e levaria à vitória da contrarrevolução. Tratava-se, portanto, de enfrentar as forças no seio do movimento revolucionário que renunciava à luta do proletariado pelo seu próprio poder.

Em tom agitativo, a 1ª Carta convocava a preparação das condições para o período de transição entre a 1ª e a 2ª revolução. Não se tratava ainda da tomada do poder, mas de fortalecer o movimento das massas e da organização voltada à estratégia do poder. Lênin exorta: *“Operários! Vocês fizeram o prodígio do heroísmo proletário, o heroísmo do povo, na guerra civil contra o czarismo. Vocês devem fazer o prodígio de organização do proletariado e de todo o povo para preparar o caminho da vitória na segunda etapa da revolução”*.

Na 2ª Carta, Lênin retorna a mesma questão. Diz: *“O proletariado não pode e não deve apoiar um governo de guerra, um governo de restauração. Para combater a reação, para rechaçar todas as possíveis e prováveis tentativas dos Románov e de seus amigos de restaurar a monarquia e organizar um exército contrarrevolucionário, é necessário, não apoiar Guchkov e Cia, mas sim organizar, engrossar e fortalecer uma milícia proletária, armar o povo sob a direção dos operários”*. Enfatiza,



nesta carta, a preparação para um levante armado.

Na 3ª Carta, que em boa parte já comentamos anteriormente, Lênin desenvolve os meios e a tática necessários para a tomada do poder. Destrincha as relações de classes, para evidenciar a aliança revolucionária entre o proletariado e o campesinato. Defende que os soviets devem ser tratados como *“órgãos da insurreição”*. Recorre às experiências da Comuna de Paris de 1871 e da Revolução Russa de 1905, para indicar a necessidade de um *“governo revolucionário”*, que comece por destruir o Estado burguês. Não era o objetivo do proletariado aperfeiçoar a máquina do Estado. Põe à luz em plena situação revolucionária a concepção marxista de Estado, mostrando o caminho por onde passaria a segunda revolução. Explica que *“Se o proletariado pretende defender as conquistas da presente revolução e continuar adiante, se pretende conquistar a paz, o pão e a liberdade, deve - empregando a expressão de Marx - ‘destruir’ essa maquinaria do Estado ‘pré-fabricada’ e substituí-la por uma nova, fundindo a polícia, o exército e a burocracia com todo o povo armado. Assim, ‘o proletariado deve organizar e armar todos os setores pobres e explorados da população, para que eles mesmos possam tomar diretamente em suas próprias mãos os organismos do poder do Estado e possam eles mesmos estabelecer esses organismos do poder do Estado’”*.

A revolução de fevereiro, protagonizada pelo proletariado, desmontou o velho Estado monárquico. O novo governo burguês estava ali para reerguer a polícia e o exército para esmagar a revolução que seguia seu curso. Ao contrário, a tarefa que se colocava para os soviets e sua vanguarda era o de armamento geral da população. Não se devia confundir a bandeira burguesa de milícia popular, organizada pelo governo que trabalhava para reestruturar as forças armadas do Estado separadas e contrapostas aos explorados, com o povo em armas. Lênin define: *“Uma autêntica milícia popular, isto é, uma milícia que em primeiro lugar esteja formada por toda população, por todos os cidadãos adultos de ambos os sexos e que, em segundo lugar, combine as funções de um exército popular com funções de polícias, com as funções de órgão principal e fundamental da ordem pública e da administração pública”*. Assinalava, nesse sentido, a incorporação das mulheres em todas as formas de luta e em todas as funções públicas. Portanto, essa milícia *“seria uma milícia proletária, porque os operários fabris e urbanos exerceriam uma influência dirigente sobre a massa dos pobres, de maneira tão natural e inevitável como desempenharam o papel de dirigente na luta revolucionária do povo, tanto em 1905-1907 como em 1917”*.

Chama a atenção dos bolcheviques e do conjunto da vanguarda revolucionária que estavam diante de uma situação que se modificava rapidamente. Era preciso compreender que não estavam no período anterior à revolução de fevereiro de 1917, em que *“a tarefa imediata era realizar uma audaz propaganda revolucionária internacionalista, chamar as massas à luta, despertá-las”*. Agora era preciso dar conta ao *“período de transição”*, que conduzia à vitória da revolução ou da contrarrevolução. Assim, mostrava, nesta 3ª Carta, que a *“tarefa imediata é a da organização, não só no sentido corriqueiro de se pôr a constituir organizações corriqueiras, mas no sentido de incorporar, em proporções nunca vistas as amplas massas das classes oprimidas, a uma organização que assumirá as funções militares, políticas e econômicas do Estado”*. O caminho assinalado era o de instaurar a república socialista.

*(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXIV)*